



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 12ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à entrega ao Sr. José Mario Caprioli dos Santos do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais
1.2 - Reunião de comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário
2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário
3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2013

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Fred Costa - Entrega de título - Palavras do Sr. José Mario Caprioli dos Santos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:
Fred Costa - Ivair Nogueira - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivair Nogueira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das três reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. ao José Mario Caprioli dos Santos do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do Deputado Fred Costa, conforme publicação no “Diário do Executivo” de 16 de janeiro de 2013.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Silvana Melo do Nascimento, Secretária de Estado Adjunta de Turismo, representando o Governador do Estado em exercício, Alberto Pinto Coelho; o Exmo. Sr. José Mario Caprioli dos Santos, Presidente do Comitê Executivo e COO da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; o Exmo. Sr. Antonio Augusto Gomes dos Santos e a Exma. Sra. Maria Antonia Caprioli G. dos Santos, pais do homenageado; e o Exmo. Sr. Deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.



Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Wander Luís Silva, Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - Federaminas -; Vicente Maia do Prado, Vice-Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Minas Gerais; Sérgio Cavalieri, Presidente do Conselho do Grupo Asamar; Roberto Luciano Fagundes, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas -; Marcos Jacinto, Presidente da Associação Comercial de Patrocínio; João Carlos Amaral, jornalista e Presidente da Abrajat Minas; e de tripulantes da Azul Linhas Aéreas Brasileira.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Fred Costa

Boa noite a todos. Peço licença para utilizar a tribuna. Cumprimentos os Exmos. Srs. Deputado Ivair Nogueira, dileto amigo, competente parlamentar, neste ato representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; e José Mario Caprioli dos Santos, Presidente do Comitê Executivo da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; e a Exma. Sra. Secretária Adjunta de Turismo, representando o Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho. Cumprimento a Sra. Caroline, esposa do homenageado; e, na pessoa do Sr. Roberto Fagundes, Presidente, entusiasta da sugestão da solenidade que ora conduzimos, cumprimento os demais convidados.

A história da aviação remonta a tempos pré-históricos. O desejo de voar está presente desde que o homem pré-histórico passou a observar o voo de pássaros. Alguns os imitaram, tentando usar asas de madeira, e obviamente não lograram êxito. Deixando de discorrer sobre a pré-história da aviação, dos sonhos dos antigos egípcios e gregos, chegamos ao artista e inventor Leonardo da Vinci, a primeira pessoa a se dedicar seriamente a projetar uma máquina capaz de voar carregando um ser humano. Somente no final do século XX se iniciam as tentativas de voo com os aparelhos então denominados mais pesados que o ar.

Otto, o mais conhecido dos pioneiros da aviação, foi para muitos o primeiro a fazer voos curtos bem-sucedidos e controlados. Por ironia do destino, acabou morrendo em um acidente aéreo, ao cair de uma altura de aproximadamente 20m, sendo suas últimas palavras “sacrifícios precisam ser feitos”. Seu sacrifício valeu: no final do século XX, embora a primazia sobre a invenção do avião seja discutida e disputada por várias nações ainda hoje, é finalmente iniciada a aviação. Infelizmente, Santos Dumont é pouco conhecido na maioria dos países, embora seja reconhecido por todos nós do Brasil como o pai da aviação. Mas a maior parte do mundo reconhece os irmãos americanos Wright por tal feito. Neste momento, torna-se irrelevante essa paternidade. Todos tiveram sua importância histórica transcendental.

Hoje nos reunimos para homenagear uma pessoa que tem sua história intimamente ligada à aviação civil e ao transporte aéreo. José Mario Caprioli dos Santos nasceu em Campinas, no Estado de São Paulo; formou-se em Administração de Empresas na Pontifícia Universidade Católica - PUC - de Campinas; fez especialização em Gestão de Transportes Públicos na renomada Unicamp e especialização em Mercado de Capitais, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque.

Com formação qualificada e tirocínio acumulado nas empresas familiares de transporte rodoviário, resolveu - faço aqui um trocadilho - alçar voos. Com apenas 26 anos de idade, com denodo, funde, ou melhor, funda-fundir será em breve em 24/3/98, em sua cidade natal, a Trip Linhas Aéreas, marcando o início de uma era e de um futuro auspicioso no segmento. Inicialmente, como ele me relatou hoje, durante o almoço, eram apenas duas aeronaves usadas, que poderiam levar no máximo 30 pessoas. Pensava inicialmente em explorar uma rota no interior de São Paulo. Porém, surgiu a oportunidade e, de forma visionária, encontrou sucesso na rota Natal-Fernando de Noronha-Recife, sendo também a rota Belo Horizonte-Campinas incluída no primeiro ano da empresa, criando desde então estreita relação com o Estado de Minas Gerais.

Nos anos seguintes, com enorme proficiência, a empresa cresceu. Em 2007, com apenas nove anos, a empresa adquiriu a Total Linhas Aéreas, com sede em Belo Horizonte, desembarcando de vez em Minas Gerais e ampliando de 32 para 60 o número de destinos operados. Transferiu, ainda, o seu centro de engenharia e manutenção para o Aeroporto da Pampulha, gerando emprego para aproximadamente 400 pessoas na nossa Capital. Já em 2008, ano em que enfrentei a minha primeira disputa eleitoral - não tão jovem quanto ele, mas quase, com 26 anos de idade -, pela primeira vez, a empresa batia a marca de 1 milhão de passageiros transportados. Em 2009, já eram 70 destinos e 2 milhões de passageiros transportados, e a empresa era considerada a maior companhia aérea regional da América do Sul. Em um mercado extremamente difícil de se consolidar, sempre conseguiu operar as suas contas com equilíbrio e lucro. Mais uma vez, com galhardia, no ano de 2012, tomava uma importante decisão para a aviação no Brasil, promovendo a fusão com a Azul e tornando-se a 3ª maior empresa aérea do Brasil, com o maior número de cidades atendidas dentro do território nacional. Hoje, são aproximadamente 840 voos diários, 121 aeronaves, 100 destinos, sendo 13 dentro do nosso Estado de Minas Gerais, gerando quase 10 mil empregos num país cuja grande marca, infelizmente, é o contraste social. Só por esse motivo já seria merecedor de todas as nossas felicitações e cumprimentos. Com uma frota moderna e profissionais altamente capacitados, a empresa vem caindo na graça de todos cada vez mais.

Hoje relatei a ele que faço uso constante dos serviços da empresa para o interior de Minas Gerais e que, há aproximadamente 40 dias, quando retornava da cidade de Araxá, chamaram-me a atenção duas manifestações: uma, de respeito ao consumidor; e outra, de respeito ao idoso. Quando cheguei para fazer o meu embarque, uma funcionária, de forma muito educada, se dirigiu a mim e disse: “Senhor, por favor, desculpe-nos, mas o voo vai atrasar. Acreditamos que por duas horas”. Infortúnios existem. E, nesse caso específico, o clima realmente não permitiu que a aeronave ali estivesse. Então, não me restou outra alternativa naquele modesto aeroporto: sentei-me num canto e comeci a retornar as inúmeras ligações pendentes.

Transcorridas aproximadamente uma hora e meia ou duas horas, veio uma delas, pediu licença e disse: “Senhor, desculpe-me por incomodá-lo, mas, como o senhor não veio até nós, tomamos a liberdade de fazer isso. Quero oferecer-lhe algo. Como já passou um bom tempo, o senhor quer fazer uma refeição por nossa conta?”. Respondi: “Não, muito obrigado. Agradeço a sua gentileza”. Mas me chamou bastante atenção o fato de ela se deslocar e ir ao meu encontro para me oferecer a refeição.

Finalmente, embarcamos. Tenho o hábito de ser o último a entrar. Isso não é à toa. Como sou bastante inquieto, prefiro chegar por último. Assim espero menos tempo assentado, sem muito espaço. Mas, antes de mim, vinha uma senhora com toda a dificuldade para andar, demonstrando ter uma enfermidade. Acompanhando essa senhora, vi que ela não queria se assentar de jeito nenhum. Ela falava baixo comigo: “Menino, o fulano de tal está chegando?”. Pensei: meu Deus, o que vou dizer agora? Respondi: “Não... Ele está chegando”. E ela dizia: “Mas fulano de tal está com a minha bagagem”. Eu dizia a ela: “Pode deixar, senhora. Ele está chegando e não vai deixá-la sozinha”. Acredito que essa senhora tenha Alzheimer, pois ela me perguntava as mesmas coisas várias vezes, sem demonstrar que raciocinava.

Como eu e ela estávamos em pé, chegou uma comissária, muito educada, e disse o seguinte: “O senhor pode se assentar, pois vou ficar ao lado dela durante todo o voo”. Assentei-me no banco de trás, e essa comissária foi fazendo carinho na mão dessa senhora e conversando com ela, que repetia-não estou aqui exagerando-mais de 20 vezes a mesma pergunta: “O fulano de tal está chegando?”. E a comissária respondia: “O fulano de tal está lhe esperando em Belo Horizonte”. Conteí essa história para dizer que toda essa excelência na gestão é feita por uma equipe competente, qualificada e treinada. Isso é feito por pessoas, mas, principalmente, pela pessoa do atual Presidente do Comitê Executivo da Azul e do Conselho da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, nosso homenageado e mais novo cidadão mineiro, José Mario Caprioli dos Santos.

Sua história coroada de êxitos e o pouco tempo que fiquei ao seu lado hoje me fizeram lembrar de uma frase - confesso a vocês não me recordar do autor: “Escolha um trabalho de que goste, assim não terá de trabalhar nenhum dia da sua vida”. Durante o tempo em que estava com o Sr. José Mario, ele cumprimentou praticamente todos os funcionários da empresa que estavam ali. E não era necessário perguntar-lhe como estava se sentindo. Há uma frase de um religioso que diz o seguinte: “Bem melhor do que um discurso longo e profundo é o sorriso que emana de um coração feliz”. Aqueles que aqui estão demonstram isso no sorriso e, acredito, também no coração. Ele também, durante o período em que estava ao seu lado, trabalhava e demonstrava estar com o coração feliz por exercer aquela função.

Peço a autorização para dizer a esse campineiro, hoje também oficialmente mineiro, que continue levando a Azul com competência, mas que reserve essa cor ao CNPJ. E leve o alvinegro da sua Ponte Preta e do nosso Atlético Mineiro no coração. Esta noite é importante para os que torcem para o Galo e, acredito, muito importante para você, sua família e todos que fazem parte dessa brilhante história. Parabéns a você e a todos que juntos conseguem presentear a nós, belo-horizontinos, com a geração de emprego e a todos os brasileiros com essa empresa que hoje é orgulho de todos.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o Deputado Ivair Nogueira, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. José Mario Caprioli dos Santos, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do Deputado Fred Costa, concede, nos termos do Decreto de 15/1/2013, o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. José Mario Caprioli dos Santos, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado e ao País. Belo Horizonte, 23/5/2013. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais”.

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Fred Costa a participar da entrega conosco.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Sr. José Mario Caprioli dos Santos

Boa noite a todos. Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia; Exma. Dra. Silvana do Nascimento, Secretária Adjunta de Turismo, representando o Governador em exercício, Alberto Pinto Coelho, na pessoa de quem estendo meus cumprimentos a todos os presentes e amigos do Poder Executivo; Exmo. Sr. Deputado Fred Costa, autor do requerimento que me concedeu esta maravilhosa homenagem, na pessoa de quem estendo meus cumprimentos a todos os representantes da Assembleia Legislativa.

Cumprimento o querido Roberto, da Associação Comercial de Minas Gerais, na pessoa de quem cumprimento todos os empresários e representantes das atividades produtivas de Minas Gerais; as demais autoridades, minha família, os agentes de viagens, meus queridos tripulantes e colaboradores e os demais presentes.

É com muita honra que estou aqui hoje para receber o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, Estado no qual, na condição de líder da Trip Linhas Aéreas, sempre acreditei e com o qual sempre mantive uma relação muito próxima e forte. Sei que essa honraria leva meu nome, mas representa o trabalho que conduzi em conjunto com um enorme time de pessoas - sócios, executivos, colaboradores - que, junto comigo, tinham a mesma crença: de que este seria o Estado em que deveríamos fincar nossa bandeira. E agora, após a fusão com a Azul, reafirmo nosso compromisso de prover um serviço de qualidade e acessível, conectando nós, mineiros, dentro e fora do Estado, com a maior oferta de voos, tanto a partir do Aeroporto de Confins quanto do Aeroporto da Pampulha.

Pessoalmente, enxerguei enorme potencial econômico em Minas Gerais para a aviação assim que a Trip iniciou as nossas operações, em 1998. Ao receber as primeiras aeronaves da empresa, dois Embraer 120, mais conhecido como Brasília, de 30 passageiros, traçamos uma rota entre Campinas e Belo Horizonte, por meio do Aeroporto da Pampulha, marcando nosso começo com o pé direito.

A consolidação da nossa forte presença no Estado se deu de maneira muito mais rápida, em 2007, quando adquirimos as rotas da empresa Total Linhas Aéreas, uma empresa eminentemente mineira, e ampliamos a malha, naquela ocasião, de 32 para 60 destinos operados e saímos de 10 para 17 aeronaves. Com isso, desenvolvemos uma malha robusta, de característica regional, a partir do Aeroporto da Pampulha, que foi o grande palco do nosso crescimento. Para este aeródromo transferimos o centro de engenharia e manutenção da companhia, mantendo, até hoje, três hangares de manutenção que empregam em torno de 400 pessoas, incluindo técnicos, engenheiros aeronáuticos e todo tipo de tripulante de alta qualificação. Fizemos ali uma robusta base de pilotos e comissários. E ainda inauguramos em 2008 um “call center” em Belo Horizonte para atender todos os nossos clientes do Brasil.

Nosso próximo passo é construir aqui um centro de ensino aeronáutico, que seja referência de qualidade na formação de mão de obra da indústria de pilotos, comissários, engenheiros e outras carreiras ligadas à aviação, próximo ao centro administrativo que está sendo formado perto de Lagoa Santa.

Em 2009, após completar a marca de servirmos 12 cidades dentro do Estado, iniciamos nossas operações no Aeroporto de Confins e nos empenhamos, eu e todo o meu time, em construir uma malha nacional de voos que ligariam os mineiros aos diversos Estados brasileiros, principalmente àqueles destinos, àquelas cidades que fossem as menos voadas pelos nossos concorrentes. Criamos, assim, o maior centro de distribuição da companhia, o chamado “hub”, permitindo conectividade imediata de voos a partir de Belo Horizonte para todas as regiões do País. Em 2011, Minas Gerais passou a concentrar quase dois terços de todos os nossos colaboradores.

Um ano depois, em maio de 2012, praticamente um ano atrás, anunciamos nosso acordo de fusão com a Azul, formando a terceira força da aviação brasileira, que hoje leva um em cada quatro clientes que voam por este enorme Brasil.

Nesse contexto, o nosso foco nessa união é aprimorar os serviços para continuar proporcionando ao brasileiro e fundamentalmente ao mineiro um atendimento excepcional aliado a um preço justo e acessível. Meu pai lembrou-me agora há pouco que ouviu na rádio hoje, pela manhã, o anúncio de uma pesquisa do IBGE que elencava as cidades mineiras com as tarifas mais baratas do Brasil, citando a Azul como uma das empresas com tarifas mais competitivas de todo o território nacional.

Este foi um breve relato de como chegamos até aqui. Agora, com a operação combinada, servimos 13 cidades mineiras, fazemos 430 decolagens por dia no Estado e transportamos quase 550 mil clientes por mês, entre chegadas e partidas. É o maior número de operações que uma empresa já executou na história de Minas. Nós nos tornamos líderes em todos os aeródromos deste Estado, e tenho muito orgulho disso. Mas meu orgulho maior foi nos tornarmos líderes num Estado que tem no seu DNA a maior vocação logística entre todos os Estados da Federação, os caminhos que levaram as Minas Gerais a se transformarem nas aerovias azuis das Minas Gerais.

Esses números somente refletem a reciprocidade que recebemos aqui. Não poderíamos ter chegado tão longe se o povo mineiro não tivesse dado um voto de confiança à nossa companhia e ao nosso trabalho. Fomos muito bem acolhidos por vocês. Esta cerimônia é uma demonstração inequívoca desse enorme carinho. Obrigado por contarem conosco para transportarmos vocês em São João del-Rei, Ipatinga, Araxá, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e tantos outros destinos dentro do Estado e por os levarmos também, a partir de Confins, para Capitais como Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Porto Velho, Manaus e muitas outras. É com enorme carinho que retribuimos esta acolhida, melhorando obstinadamente nosso serviço a cada dia, para que todos tenham uma excelente experiência ao voar conosco. Em nome do nosso time de mais de 9 mil pessoas e de toda a história que a Azul e a Trip têm, agradeço imensamente por este reconhecimento. Aliás, se diversos dos nossos funcionários não estivessem servindo em nossos voos noturnos agora, eu nunca poderia estar aqui vivenciando um momento tão especial. Esse título sela a relação de respeito e consideração que eu, representando nossa companhia, tenho com todos os mineiros.

Na oportunidade, gostaria de fazer um agradecimento muito especial a uma pessoa: a meu pai. Quando o projeto de construção de uma empresa aérea que unisse o Brasil era apenas um sonho e um embrião, ele acreditou em mim e me deu o seu irrestrito voto de confiança. Meu pai está aqui sentado. Peço uma salva de palmas para ele. Juntamente com toda a minha família, aqui presente, esposa, mãe, irmã, ele representa o apoio de que precisamos para navegar neste ousado mundo do empreendedorismo, com serenidade, sabedoria e energia. Sendo o líder de uma empresa aérea que está inserida num dos setores de maior complexidade empresarial do mundo, é na minha família que ancoo minha lucidez e meu contraponto. Obrigado, meu pai, por acreditar em um garoto de 26 anos que, com baixa noção do que era risco empresarial, entrou numa empreitada que só seria possível com sua confiança e visão. Esta homenagem é, na verdade, uma homenagem a você.

Reforço ainda meu agradecimento especial a esta Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, especialmente ao Deputado Fred Costa, que apresentou o requerimento com muita gentileza e proferiu palavras mais gentis ainda, e ao Deputado Ivair Nogueira, que representa o Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, representante desta grande Casa de trabalho e do povo mineiro. Estendo meus agradecimentos a todos os outros Deputados aqui presentes, que me honraram com esta homenagem, da qual irei me orgulhar para sempre e que, como diz a literatura, impõe-me uma eterna responsabilidade por aquilo que cativo. Mais uma vez, muito obrigado a todos vocês.

Palavras do Sr. Presidente

Sr. José Mario Caprioli dos Santos, Presidente do Comitê Executivo e COO da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; nossa amiga Silvana Melo do Nascimento, Secretária Adjunta de Turismo, representando o nosso amigo Alberto Pinto Coelho, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais; meu amigo Deputado Fred Costa, a quem parabeno pela autoria desse requerimento da mais alta importância por reconhecer o trabalho de um jovem empresário que está transformando a Azul Linhas Aéreas; cumprimento a D. Maria Antônia Caprioli dos Santos, mãe do homenageado; o Sr. Antônio Augusto Gomes dos Santos, pai do homenageado, o Alberto, da CDL; todos os empresários presentes e os funcionários da Azul. Quebro o protocolo para cumprimentar minha filha e meu neto, Débora Lourenço e Bruno. Cumprimento todos os empresários, na pessoa de Paulo Moreira Júnior, empresário e arquiteto de Paulínia e Campinas.



Senhoras e senhores, represento, com muita honra, o Deputado Dinis Pinheiro, que, como o José Mario, é um jovem que transformou esta Casa não só na mentalidade, na interpretação, mas que, acima de tudo, fez com que esta Casa tivesse uma aproximação cada vez maior com o povo e com a sociedade de modo geral. Trago um abraço do Presidente, que hoje participa de outra festa, os 80 anos do empresário do ano, promovida pela Fiemg, mas envia um abraço especial a você e terá o maior prazer em recebê-lo nesta Casa em outra oportunidade.

O Parlamento mineiro homenageia, nesta reunião especial, José Mario Caprioli dos Santos, Presidente do Comitê Executivo e Diretor de Operações da Azul Linhas Aéreas, que recebe, merecidamente, o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais. A brilhante carreira deste jovem executivo, nascido em Campinas, começou quando, aos 25 anos, com apenas dois aviões e muitos sonhos, fundou uma pequena companhia aérea. A ousada iniciativa era, no entanto, bem ancorada em uma longa experiência no ramo de transporte de passageiros, já que a família Caprioli, há oito décadas, atua no transporte rodoviário no interior de São Paulo. Surgia, assim, somando tradição e modernidade, a Trip Linhas Aéreas. A determinação e o entusiasmo de seu fundador ajudaram o empreendimento a prosperar, contrariando os prognósticos dos analistas de mercado da década de 90, descrentes no potencial de crescimento do transporte aéreo regional, que historicamente só atingia o equilíbrio financeiro devido a subsídios públicos. Em 2009, onze anos após a sua criação, a Trip já havia alcançado o topo de seu segmento na América Latina, com voos para 70 cidades e a maior malha doméstica entre as empresas brasileiras.

A companhia se tornou ainda mais forte, adquirindo seus primeiros jatos após bem-sucedidas negociações terem levado à entrada, como sócio, do Skywest, maior grupo de transporte regional do mundo. O sucesso se devia sobretudo ao talento e à visão de futuro do jovem empresário, que aliava ao seu pendor natural para os negócios uma primorosa educação, adquirida no Brasil e no exterior. Formado em Administração de Empresas pela PUC de Campinas, José Mario detém dois títulos de especialista - um em Gestão de Transportes Públicos pela Unicamp e outro em Mercado de Capitais, pela Universidade Columbia, em Nova Iorque.

Sempre preocupado em compartilhar seus conhecimentos, participa de diversos seminários e fóruns sobre aviação regional. É membro do Conselho Deliberativo do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, que presidiu durante o triênio 2007-2010. Exerceu, ainda, importantes funções na diretoria da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Aéreo Regional. Graças à competente gestão de tão qualificado executivo, a Trip seguiu crescendo, adquirindo aeronaves de última geração e ampliando sua malha, conectando com seus voos cidades e regiões antes acessíveis apenas por terra. A companhia aérea prestou inestimáveis serviços ao Brasil e aos brasileiros, reduzindo distâncias, aproximando pessoas e possibilitando que fossem feitos novos negócios, alavancando o crescimento econômico. Mostrando que o tempo não havia diminuído seu caráter visionário, em maio do ano passado, José Mario Caprioli dos Santos anunciou publicamente a fusão entre a Trip e a Azul, que, juntas, tornavam-se mais competitivas.

Responsável pela coordenação do processo de fusão, que resultou na reunião das duas companhias sob a marca Azul, dotada de nova identidade visual, José Mario Caprioli dos Santos encarou com naturalidade mais esse enorme desafio. Tornou-se, portanto, um dos responsáveis por uma histórica guinada na aviação comercial brasileira, com a emergência de uma terceira força no mercado doméstico, antes dominado por duas grandes empresas. A nova Azul já nasceu gigante, empregando quase 10 mil funcionários e respondendo por praticamente o mesmo volume diário de voos de seus concorrentes, 15% do movimento de passageiros e um terço dos pousos e decolagens dos aeroportos do Brasil.

Minas Gerais foi muito beneficiada pelo processo, já que, como a Trip, a nova Azul tem forte presença no Estado, atuando tanto em cidades maiores, como Uberlândia e Montes Claros, como em Municípios menores. Ocupa posição de liderança nos aeroportos da Capital, sendo responsável por metade das operações em Confins e por quase a totalidade das operações na Pampulha. Ajudando a levar, com as asas dos aviões da Trip e da Azul, os mineiros para diferentes partes do Estado e do País e, quem sabe, no futuro, do mundo, José Mario Caprioli dos Santos vem desempenhando importantíssimo papel para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Por esses meritosos feitos, recebe o justo reconhecimento desta Casa, que o acolhe como o mais novo cidadão do Estado de Minas Gerais.

Por uma questão de justiça, quero dizer que o Estado de Minas Gerais tem vivido um momento de desenvolvimento jamais visto. Acima de tudo, estamos vivendo um Brasil diferente, com a diminuição das distâncias que havia entre as classes sociais. Com isso, hoje, o brasileiro está podendo viajar mais de avião. As classes A, B, C, D e E, graças a Deus, tornaram essa competitividade possível. Você, José Mario, disse que o preço das passagens aéreas está competindo com o preço das passagens de ônibus, e isso é uma grande realidade. Vim hoje de Brasília e tive o privilégio de vir numa aeronave da Azul. Posso lhes dizer que viajei várias vezes pela Azul e quero fazer minhas as palavras do Deputado Fred Costa: há gentileza, educação e pronto atendimento por parte dessa empresa, que enxerga no cliente, no passageiro e no usuário de modo geral aquele cliente do futuro. Por isso, ela procura ganhar nossa simpatia. Não é a toa que, tendo você à frente dessa grande empresa, esta vem, cada dia mais, crescendo, crescendo e crescendo.

A Azul e também as outras empresas cresceram porque tiveram a coragem e a audácia de um Governador - o ex-Governador Aécio Neves - que acreditou em um aeroporto que estava praticamente abandonado e às moscas. Falo sobre o aeroporto de Confins. Em razão da sua localização e de outras dificuldades, ele esteve para fechar. Aquilo ali realmente estava virando um caos, e tínhamos o aeroporto da Pampulha, um aeroporto de pequeno porte, que não atendia a grande demanda de todos os mineiros. Veio, então, o Governador Aécio Neves, e devemos esse reconhecimento à coragem, à visão e ao planejamento que ele teve. Primeiro, ele executou a Linha Verde e as obras, como a da Av. Antônio Carlos e outras, também viárias. Elas possibilitaram que se tornasse mais fácil chegar ao aeroporto de Confins. Hoje estamos tendo, com a Copa do Mundo vindo para o Brasil, a ampliação e a duplicação do aeroporto. Isso está trazendo transtornos, mas, em um futuro muito próximo, teremos muitas alegrias. Com certeza, veremos ali a Azul presente, cada vez mais forte, com um número maior de voos e atendendo, sem dúvida alguma, um número maior de Estados.

O ex-Governador Aécio Neves e o atual Governador Antonio Augusto Anastasia também tiveram a visão e a coragem de investir nos aeroportos regionais. Por isso, hoje temos voos para Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Governador Valadares, Ipatinga e São João del-Rei. Isso é visão de futuro. Para o empresariado, de um modo geral, tempo é dinheiro. É muito importante você ter facilidade



de se locomover, de ir e vir com o transporte rodoviário e também com o aeroviário. Por atender com rapidez, competência, agilidade e, acima de tudo, custos competitivos, com passagens baratas, é preciso parabenizar a Azul.

Também reconheço o trabalho do ex-Governador Aécio Neves, do atual Governador Antonio Augusto Anastasia, do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa. O Deputado Fred Costa, meu amigo, é um dos Deputados recém-chegados a esta Casa, mas hoje já tem experiência como se fosse um grande veterano. Ele passou pela Câmara Municipal de Belo Horizonte e chegou à Assembleia Legislativa dotado de um conhecimento muito grande. Deputado Fred Costa, V. Exa. foi muito feliz. De fato, o José Mario já era um cidadão mineiro, mas, de direito, V. Exa. acaba de homologar a decisão de lhe entregar o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Quero dizer que a Azul é uma companhia aérea que inovou, tanto que hoje já disponibilizou “sky” para quem está viajando e deseja assistir a uma novela ou a um jogo. Ela oferece esse privilégio a todos os seus usuários. José Mario, quero aproveitar para parabenizar seu pai, sua mãe, de quem você buscou todo o seu conhecimento e toda a educação que o tornaram esse grande empresário. Hoje você divide esse título de cidadão honorário com seu pai e sua mãe, de uma maneira muito justa. Quero parabenizá-lo em nome do povo mineiro por esse título de cidadão honorário. O povo mineiro deseja recebê-lo e vê-lo, cada dia mais, promover o progresso. Esperamos que a Azul seja essa companhia aérea que possa transpor oceano e atender também outros países. Parabéns.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 24, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2013

Às 16h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de ofício da Sra. Ana Eloisa Marcondes Silveira, Coordenadora das Promotorias de Justiça de Defesa do Rio São Francisco, Sub-bacia do Rio Verde Grande e Pardo, informando que as questões ambientais levantadas na 8ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada em Taiobeiras, já estão sendo tratadas no âmbito dos inquéritos civis instaurados para acompanhamento dos processos de licenciamento das mineradoras e que outras questões relativas à prática de crime fogem à seara ambiental e foram remetidas ao Sr. Cristiano Moreira Silva, Promotor de Justiça na Comarca de Salinas, para conhecimento e adoção de providências. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.435/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, os requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.919/2013, que dispõe sobre as regras de distribuição dos “royalties” decorrentes da exploração do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão no âmbito do Estado, bem como a Medida Provisória nº 592/2012, que destina para a educação 100% dos recursos das compensações governamentais que Municípios, Estados e União vão receber pelos contratos de exploração do petróleo no modelo de concessão, licitados após a data de sua edição; e Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de Diamantina, para debater a atividade de garimpo na região. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Gilberto Abramo em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as relações da Cemig com o mercado; e Sávio Souza Cruz, Duarte Bechir, Célio Moreira e Lafayette de Andrada em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de Piedade do Rio Grande, para debater a proibição de extração de areia e produção de tijolo artesanal nas margens do Rio Grande e seus afluentes. A presidência informa o adiamento da votação do requerimento da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de debater o descumprimento de condicionantes referentes à implantação de atividades minerárias no Município de Conceição do Mato Dentro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2013.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Antônio Lerin - Luiz Henrique.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/5/2013

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Gustavo Perrella e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Perrella, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se

destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços, comunicando a edição e a distribuição, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do calendário anual de feiras e exposições industriais, comerciais e de serviços de Minas Gerais (11/4/2013); Miguel Faria, Presidente da CDL de Uberaba, sugerindo sejam estudadas medidas com relação às multas que vêm sendo aplicadas pela Secretaria de Fazenda em caso de atraso no pagamento do ICMS, as quais considera abusivas (11/4/2013); e Carlos Ramon de Melo, Presidente do Sindicato da Indústria de reparação de veículos e acessórios do Estado de Minas Gerais, tecendo considerações sobre a atuação desse sindicato (3/5/2013). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.061/2011, em turno único, para o qual designou como relatora a Deputada Ana Maria Resende. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.853/2013 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.426, 4.430, 4.434/2013, 4.468, 4.617, 4.621 e 4.622/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja feito pedido de providências com vistas à ampliação do programa Reintegra, que devolve às empresas de 3% a 4,5% da receita com a exportação; Gustavo Perrella, em que solicita seja encaminhado ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte pedido de informações sobre os projetos e programas em execução para a requalificação urbana, paisagística e ambiental da orla da Lagoa da Pampulha, com vistas a fortalecer o Turismo no Município de Belo Horizonte; Rômulo Veneroso, em que solicita seja encaminhado pedido de informações à Gerência-Geral da Refinaria Gabriel Passos Regap e à Presidência da Petrobrás S.A., sobre a quebra do Protocolo de Intenções, entre a Petrobrás e o Estado de Minas Gerais, pelo qual estabelecia a instalação de uma fábrica de ácido acrílico e seus derivados na refinaria Gabriel Passos, localizada no Município de Betim; Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para discutir a ampliação do distrito industrial de Ipatinga; Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Perrella e Ana Maria Resende, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com Dom Diamantino Prata de Carvalho, Bispo da Diocese de Campanha, pela dedicação e acompanhamento de todo o processo que culminou na beatificação de Nhá Chica, em 5/5/2013, com a presença de todo o clero, no Município de Baependi; e da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja enviado convite ao Secretário de Estado de Turismo para participar de reunião dessa Comissão e informar a respeito do Turismo em Minas Gerais, sobre os empregos gerados através desse seguimento e os retornos alcançados, em especial no Norte de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.

Gustavo Perrella, Presidente – Braulio Braz – Ana Maria Resende.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/5/2013

Às 8h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. O Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, inciso III, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater e apoiar o projeto de transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais-Cefet-MG-em universidade tecnológica. Logo após, a Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Jeová Moreira da Costa, Prefeito Municipal de Araxá; Sargento Amilton Marques Moreira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Araxá, representando o Sr. Miguel Alves Ferreira Junior, Presidente dessa Câmara; Márcio Silva Basílio, Diretor-Geral do Cefet-MG; Vicente Donizetti da Silva, Diretor do Câmpus de Araxá do Cefet-MG; Válder Gomes, Reitor do Centro Universitário do Planalto de Araxá; Carlos Alexandrino dos Santos, Superintendente de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, representando o Sr. Nárcio Rodrigues, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Vitor Loureiro Gontijo, aluno do Cefet-MG; Tibe Bi Gole Blaise, Cônsul da Costa do Marfim; Kouma Yao Amedee, Secretário-Geral do Consulado da Costa do Marfim; e as Sras. Lídia Jordão, Assessora Parlamentar, representando o Sr. Aracely de Paula, Deputado Federal, e Jéssica Lemos Lima, aluna do Cefet-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2013.

Duarte Bechir, Presidente - Bosco - Elismar Prado - Maria Tereza Lara.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/5/2013

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. O Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e dá por aprovada a ata, que é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e a debater as causas da interrupção da transmissão de sinais de TV aberta em alguns Municípios do Sul do Estado. A Presidência passa a ouvir os Srs. Hermann Bergmann Garcia e Silva, Gerente Regional da Agência Nacional de Telecomunicações; Marcos Cherem, Prefeito Municipal de Lavras; Marcelo Rodrigo Barbosa, Gerente-Geral do Procon da Assembleia Legislativa; Luís Eduardo Leão e Geraldo Melo, respectivamente Diretor e Diretor Técnico da TV Alterosa-SBT de Varginha, representando o Sr. Gleizer Correa Naves, Diretor Regional dessa emissora; e Josimar Silva, Gerente de Expansão e Rota da Record Minas de Varginha, representando o Sr. Claudinei Girotti, Diretor Regional dessa emissora, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retira a matéria da pauta por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.

Ivair Nogueira, Presidente - Pompílio Canavez - Celinho do Sinttrocel - Anselmo José Domingos.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/5/2013

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Gilberto Abramo e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei n°s 1.631 e 2.573/2011 (Gilberto Abramo); 3.412/2012 e 3.826/2013 (Tiago Ulisses). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 1.631 e 2.573/2011, 3.412/2012 e 3.826/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2013.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Lafayette de Andrada - Tiago Ulisses - Ana Maria Resende.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/5/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, e os Deputados Carlos Mosconi e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a incentivar a participação da sociedade na coleta de assinaturas para apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei de iniciativa popular que determine a aplicação de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Fabiany Ferraz Gil Figueiredo, Prefeita Municipal de Almenara, o Sr. Geraldo Antonio Tadeu Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Almenara, Dom Hugo Maria Van Steekelenburg, Bispo da Diocese de Almenara, e os Srs. Lucas Figueiredo de Souza, Secretário de Saúde de Almenara, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde, e Udayam Rajab Bassul, Defensor Público e Coordenador Local da Defensoria Pública da Comarca de Almenara, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. A Presidência registra a presença do Sr. Aldenis Gonçalves, Prefeito Municipal de Santa Helena de Minas; da Sra. Íris César dos Santos Moreira, Prefeita Municipal de Mata Verde; dos Srs. Antônio Rodrigues dos Santos, Prefeito Municipal de Bandeira; Euder Rosemberg Mendes, Prefeito Municipal de Divisópolis; Edmário Dias da Rocha, Prefeito Municipal de Felisburgo; Carlos Dantez Ferraz de Melo, Prefeito Municipal de Jacinto; Watson da Silva Luz, Prefeito Municipal de Jordânia; Evandro Tiago de Aguiar, Prefeito Municipal de Rubim; da Sra. Beatriz Iriwan Almeida, Prefeita Municipal de Santa Maria do Salto; e do Sr. Emerson Pinheiro Ruas, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Jacinto. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 22 de maio de 2013.

Carlos Mosconi, Presidente - Arlen Santiago - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/5/2013

Às 8h30min, comparece na Sala das Comissões o Deputado André Quintão, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentar a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2012 - e debater as sugestões para o enfrentamento das dificuldades apresentadas pelos Municípios com relação a essa norma. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Léa Lúcia Cecília Braga, Diretora do Departamento de Proteção Social Básica da Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representando Denise Ratmann Arruda Colin, Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Maria Juanita Godinho Pimenta, Subsecretária de Assistência Social da Sedese; Deborah Akerman, representando Marta Elizabeth de Souza, Conselheira-Presidente do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região; Rosilene Aparecida Tavares, Coordenadora da Seccional Montes Claros do Conselho Regional de Serviço Social; e os Srs. Juliano Fisicaro, representando o Sr. Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; Ruy Muniz, Prefeito de Montes Claros; Jaime Luiz Rodrigues Junior, Presidente do Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Minas Gerais; e Volney Araújo Costa, do Conselho Estadual de Assistência Social, representando o Sr. Domingos Sávio de Araújo, Membro da Coordenação Colegiada do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Suas-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece suas considerações iniciais, como autora do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do parlamentar, das autoridades e convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2013.

André Quintão, Presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/5/2013

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados Adalclever Lopes, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 3.685, 3.893 e 4.041/2013 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Adalclever Lopes). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 22/5/2013, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2013.

Jayro Lessa, Presidente - Lafayette de Andrada - Adalclever Lopes - Romel Anízio.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 28/5/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase
(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase
(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 767/2011, do Deputado Wander Borges, que institui a política estadual para a população em situação de rua. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 8.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.893/2013, do Governador do Estado, que cria o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.685/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações Fifa de 2013 e à Copa do Mundo Fifa de 2014 e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Esporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.041/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com os Bancos Citibank S.A. e Deutsche Bank S.A., destinada a execução de atividades e projetos de investimentos do Estado de Minas Gerais. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013, do Governador do Estado, que incorpora parcelas da Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - instituída pela Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009, pelo valor da GCP vigente no ano de 2012, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.520/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta inciso ao art. 6º da Lei 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais, para incluir os acervos históricos da Polícia Militar no rol de bens culturais objeto de ações prioritárias na proteção do patrimônio cultural mineiro. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.815/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.296/2012, da Deputada Liza Prado, que cria no âmbito do Estado a Comissão da Verdade Herbert de Souza para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas de nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3, da Comissão de Justiça, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 4.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.316/2012, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedra do Anta o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO
DIA 28/5/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimentos n°s 4.783/2013, do Deputado Fabiano Tolentino; 4.784/2013, da Deputada Liza Prado; 4.785/2013, do Deputado Sávio Souza Cruz; 4.790/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.791/2013, do Deputado Cabo Júlio; 4.792 e 4.793/2013, do Deputado Almir Paraca; 4.796 e 4.797/2013, do Deputado Cabo Júlio; e 4.800/2013, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.122/2012, do Deputado Dilzon Melo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 4.779 e 4.780/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.568/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.664/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.927/2013, do Deputado Leonardo Moreira; e 3.969/2013, do Deputado Rômulo Viegas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.608/2012, do Deputado Fábio Cherem.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.687/2013, do Governador do Estado; 3.795/2013, do Deputado Paulo Lamac; 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 2.937, 3.394 e 3.510/2012, da Deputada Ana Maria Resende; 3.879/2013, do Tribunal de Justiça; 4.014/2013, do Deputado Fred Costa; 4.030/2013, da Deputada Luzia Ferreira; e 4.037 a 4.039/2013, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.320, 1.331 e 1.758/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 4.011/2013, do Deputado Sebastião Costa; 4.013/2013, do Deputado Gilberto Abramo; 4.021/2013, do Deputado Dilzon Melo; 4.022 e 4.024/2013, do Deputado Rogério Correia; 4.028/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.031/2013, do Deputado Rômulo Viegas; 4.036/2013, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 4.043/2013, do Deputado Carlos Pimenta; 4.045/2013, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.054/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.057/2013, do Deputado Deiró Marra; e 4.084/2013, do Deputado Bonifácio Mourão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.778/2013, do Deputado Anselmo José Domingos, e 4.799/2013, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate sobre o Projeto de Lei nº 3.754/2013, que altera a Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Emendas apresentadas no 1º turno ao Projeto de Lei nº 3.685/2013, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.712, do Deputado Sebastião Costa; 4.730/2013, do Deputado Inácio Franco; e 4.731, 4.732 e 4.733/2013, do Deputado Fábio Cherem.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 28/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 28/5/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013, do Governador do Estado, que incorpora parcelas da Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - instituída pela Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009, pelo valor da GCP vigente no ano de 2012, e dá outras



providências; e dos Projetos de Lei nºs 767/2011, do Deputado Wander Borges, que institui a política estadual para a população em situação de rua; 3.296/2012, da Deputada Liza Prado, que cria no âmbito do Estado a Comissão da Verdade Herbert de Souza para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade; 3.316/2012, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedra do Anta o trecho que especifica; 3.520/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta inciso ao art. 6º da Lei 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais, para incluir os acervos históricos da Polícia Militar no rol de bens culturais objeto de ações prioritárias na proteção do patrimônio cultural mineiro; 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 3.685/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações Fifa de 2013 e à Copa do Mundo Fifa de 2014 e dá outras providências; 3.815/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas o imóvel que especifica; 3.893/2013, do Governador do Estado, que cria o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais; e 4.041/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com os Bancos Citibank S.A. e Deutsche Bank S.A., destinada à execução de atividades e projetos de investimentos do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de maio de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2013, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único das Mensagem nºs 417, 418 e 423 a 439/2013, do Governador do Estado; de discutir e votar os pareceres para o 2º turno do Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, e dos Projetos de Lei nºs 4.041 e 3.893/2013, do Governador do Estado; de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 2.680/2011, do Deputado Bosco, 3.681/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.977 e 3.978/2013, do Governador do Estado; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Resolução nºs 4.076, 4.078 e 4.079/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2013.

Zé Maia, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 445/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim São Lucas, com sede no Município de Muzambinho.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 445/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim São Lucas, com sede no Município de Muzambinho, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a defesa dos interesses e direitos dos moradores daquela comunidade.

Na consecução desse propósito, a instituição promove debates sobre temas de interesse de seus associados, buscando a participação de todos na solução dos problemas; combate a fome e a pobreza por meio da distribuição de cestas básicas, agasalhos e medicamentos; organiza mutirões para reformas de residências; divulga a cultura e o esporte; zela pela proteção da saúde da família, da maternidade, da infância, do adolescente e do idoso; orienta sobre a preservação do meio ambiente; defende os direitos dos consumidores.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação Comunitária do Bairro Jardim São Lucas para a melhoria das condições de vida dos moradores de Muzambinho, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 445/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.

Bosco, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.545/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Obras Sociais Paulo Martins Goulart – Ospamag –, com sede no Município de São Francisco de Sales.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.545/2012 pretende declarar de utilidade pública a entidade Obras Sociais Paulo Martins Goulart – OSPMG –, com sede no Município de São Francisco de Sales, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como missão a educação de crianças, jovens e adultos nos aspectos físico, moral, social e ambiental.

Na consecução desse propósito, a instituição presta assistência social; disponibiliza subsídios materiais, educacionais e culturais para os mais carentes; mantém escola regular e profissionalizante, com estrutura para atendimento em período integral a crianças, jovens e adultos; oferece atendimento médico, odontológico, psicológico e fisioterapêutico; luta pela preservação do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável; difunde valores universais como solidariedade, ética, paz, cidadania e democracia.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela referida entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.545/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.852/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Recreativa da Melhor Idade – Armi –, com sede no Município de Serra dos Aimorés.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.852/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Recreativa da Melhor Idade – Armi –, com sede no Município de Serra dos Aimorés, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo congregar pessoas em idade madura, proporcionando-lhes atividades de recreação, lazer, esporte e cultura.

Com esse propósito, a instituição contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da terceira idade, assim como para o seu bem-estar físico e psicológico e para a sua realização pessoal.

Com o aumento da possibilidade de estender o tempo de vida, o contingente de pessoas idosas tem se tornado numeroso e vem crescendo a cada dia. É importante reconhecer que esse segmento, como todos, tem necessidade e desejo de desempenhar uma função social útil. Nesse contexto, uma instituição que se dedica a acolher e promover a terceira idade presta relevante serviço à sociedade.

Isso posto, consideramos meritória a iniciativa de outorgar à Armi o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.852/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.941/2013**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado Duílio de Castro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Apoio à Pessoa Humana de Ribeirão das Neves.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.941/2013 pretende declarar de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Apoio à Pessoa Humana de Ribeirão das Neves, com sede no Município de Ribeirão das Neves, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência social, buscando melhorias comunitárias e defendendo os direitos dos menos favorecidos.

Na consecução desse propósito, a instituição promove a cultura, as tradições e o esporte; difunde valores universais como cidadania, direitos humanos, ética e paz; fomenta a educação e o atendimento integral da saúde; disponibiliza núcleos com aulas de reforço e oficinas de geração de trabalho e renda; mantém um núcleo de encaminhamento de seus atendidos para o mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade acrescentar o Município de Ribeirão das Neves como sede da entidade.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo referido Instituto na construção da cidadania das pessoas em situação de vulnerabilidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.941/2013, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.979/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Duílio de Castro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Núcleo de Inclusão e Cidadania, com sede no Município de Sabará.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.979/2013 pretende declarar de utilidade pública a Associação Núcleo de Inclusão e Cidadania, com sede no Município de Sabará, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prestação de assistência social.

Na consecução desse propósito, a instituição mantém creches; promove a educação infantil e o esporte; fomenta a geração de emprego e renda; implementa novos modelos socioprodutivos e sistemas alternativos de produção da economia solidária; difunde valores universais como ética, cidadania, direitos humanos e democracia; realiza cursos profissionalizantes para a inserção de seus assistidos no mercado de trabalho; estimula o desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido em Sabará pela Associação Núcleo de Inclusão e Cidadania, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.979/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.989/2013

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Anselmo José Domingos, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro de Alto Desenvolvimento Solidário – Cades –, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.989/2013 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Alto Desenvolvimento Solidário – Cades –, com sede no Município de Contagem, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade.



Na consecução desse propósito, a instituição promove o bem-estar físico, social e cultural de seus assistidos, proporcionando-lhes atividades ocupacionais e estimulando sua participação em atividades comunitárias; estimula a geração de trabalho e renda; incentiva atividades de aperfeiçoamento técnico, profissional, cultural e educacional; fomenta a organização de empreendimentos solidários, prestando assessoria de gestão, contábil e jurídica.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido em Contagem pelo Cades, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.989/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.

Bosco, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/5/2013

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, público que nos visita neste momento, telespectadores da TV Assembleia, quero comunicar a esta Casa que propus moção de aplauso ao Deputado Federal Toninho Pinheiro pela defesa tenaz que faz da saúde no Congresso Nacional e pelo gesto brilhante que teve semana passada ao mostrar ao País inteiro o descaso do governo federal com a saúde, quando negligenciou o pagamento de R\$8.300.000.000,00, já empenhados no orçamento. Esses recursos não foram aproveitados exatamente pelo descaso do governo federal. O Deputado Toninho Pinheiro mostrou exatamente isso. Os recursos do orçamento da União que foram empenhados para a saúde...

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Mosconi, desculpe interrompê-lo, mas tenho de presidir uma comissão especial agora. Quero apoiar totalmente a iniciativa de V. Exa. O Deputado Toninho Pinheiro teve a coragem de denunciar o abandono da saúde neste país por parte do governo federal e foi agredido. É a primeira vez na história em que vemos um Deputado ser agredido no Plenário. A truculência da maioria do governo federal no Plenário determinou a retirada do Deputado, que defendia a saúde e mostrava a falta de investimentos na área. Quero assinar com V. Exa. a sua iniciativa. O Deputado Toninho Pinheiro merece esse reconhecimento do Parlamento de Minas Gerais. Parabéns, Deputado Mosconi.

O Deputado Carlos Mosconi* - Muito obrigado. Ele mostrou exatamente que, do total empenhado no orçamento da União - R\$84.000.000.000,00 -, aquele valor lá foi retirado, mas não foi pago. Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ficamos aqui nesta luta para que o governo aplique um pouco mais de recursos. Todos dizem: "Mas não tem mais dinheiro". Ora, tem, sim. O dinheiro estava lá empenhado, e isso ficou claro para todos. O Deputado mostrou para o Brasil inteiro ver que não houve interesse do governo federal em colocar esses recursos, que já estavam empenhados no orçamento da União. Isso fez parte de um relatório do Tribunal de Contas da União, não é um dado aleatório. É um dado oficial retirado de um relatório do Tribunal de Contas da União, que mostrou esses dados, além destes de que estou falando agora.

Do 2000 a 2010, a receita corrente líquida do Brasil cresceu 261%. Pois bem, nesse período o orçamento da saúde cresceu 205%; portanto, muito abaixo dos valores da receita líquida do nosso país. Os dados mostram também uma diferença que acho oportuno mostrar: o turismo no Brasil, nesse período de 2000 a 2010, cresceu 1.135% em recursos do governo federal, ou seja, recursos públicos, enquanto a saúde cresceu 205%. Como já disse, esses dados são oficiais do Tribunal de Contas da União, e, através deles, podemos mostrar como a saúde é tratada no Brasil.

Um outro dado estarrecedor, caro Deputado Duarte Bechir: o Tribunal de Contas da União fez um exame paralelo entre os países que têm o chamado acesso universal à saúde, como é o caso do Brasil. É um acesso universal, isto é, a saúde é universalizada. Outros países que professam esse tipo de assistência à saúde são Austrália, Canadá, Cuba, Reino Unido e Suécia. Pois bem, meu caro Presidente, o Tribunal de Contas fez uma comparação dos gastos "per capita" públicos do Brasil com esses demais países. Observamos que Austrália, Canadá, Cuba, Reino Unido e Suécia gastam entre US\$2.000,00 e US\$3.000,00 "per capita" com sua população na área de saúde. Como já sabemos, Cuba é um país pobre, mas também pratica a saúde universalizada e gasta US\$875,00 "per capita" com a população. Será quanto que o Brasil gasta? Vejam, o dado é estarrecedor: o Brasil gasta menos que a metade do que Cuba gasta com sua população. Cuba gasta com a saúde US\$865,00, e o Brasil, US\$348,00. Não é possível termos uma saúde minimamente razoável com estes valores aqui. Isso é um descaso total com a saúde da população brasileira.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, naturalmente, numa situação como esta aqui, com dados oficiais do Tribunal de Contas da União, as consequências negativas vão aparecer, como estão aparecendo a todo momento. É óbvio que as coisas vão acontecendo da pior maneira possível. Uma delas, que o Brasil está tentando trabalhar agora, é relacionada à ausência de médicos em milhares de cidades brasileiras, como se isso acontecesse à toa e como se não houvesse médico no Brasil. Não. Temos um número razoável de médicos no País, mas é claro que precisamos ter mais. E o que o Brasil faz? O Brasil resolve trazer médicos de outros países. Ninguém é contra trazer médicos de outros países, desde que cumpram as leis feitas no Brasil e desde que cumpram a lei de revalidação do diploma, para que possamos saber se esses médicos têm capacidade técnica e profissional para atender a população brasileira. Mas não foi isso que aconteceu. Resolveram fazer um acordo: "Traremos os médicos de Cuba, da Bolívia, da Espanha e de Portugal, mas não será preciso revalidar o diploma".



Gostaria de lembrar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que, nos últimos exames de revalidação feitos no Brasil, meu caro Líder Bonifácio Mourão, 95% dos médicos que prestaram essa modalidade de exame foram reprovados. E são esses mesmos médicos que terão agora esse acordo com o governo federal para atender a população brasileira.

Mas será que isso é possível? Não é, não. Pode ser que eles vão para o interior atender a população da periferia do Brasil. Será que isso pode acontecer num país minimamente sério, como imaginamos ser o Brasil? Seria possível fazer isso? Dizem que será por três anos só. Ora, meu Deus, não é possível. Ainda bem que todos estão reclamando, ainda bem que o Conselho Federal de Medicina está-se insurgindo contra isso, porque isso não é aceitável, não há nenhuma razão, nenhuma situação no País que justifique uma iniciativa como essa, que fere nossas leis, nossa dignidade e que expõe a população brasileira a um atendimento de profissionais não capacitados.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Carlos Mosconi, V. Exa. está abordando um assunto dos mais sérios que poderíamos abordar neste Parlamento na tarde de hoje. Na verdade, ficamos admirados realmente com essa possibilidade de importação de cerca de 6 mil médicos, justamente de Cuba. Lemos alguma coisa a respeito e vimos que, na verdade, até a década de 90, os médicos que saíam de Cuba até para o Brasil eram bem-qualificados. Mas depois disso, parece-me que em 1994, foi criada a Escola Latino-Americana de Medicina - Elam -, que está fabricando médicos a torto e a direito. A notícia que temos é que o curso técnico de Medicina dura cerca de três anos e que nos outros dois anos há uma doutrinação política dentro da fé praticada por Raúl Castro e Fidel Castro. Isso está acontecendo para espalhar pelo mundo afora a cartilha marxista.

Não podemos aceitar uma situação dessas. Estamos com a saúde nessa situação e vemos, ao mesmo tempo, aproveitarem-se dessa carência de assistência no Brasil para trazerem doutrinadores que irão aproveitar-se exatamente da população mais carente do nosso país. Eles irão doutrinar a população na sua casa, na hora em que ela mais precisa, seja a cartilha marxista, seja a cartilha que for. Não podemos admitir isso.

Na verdade, Deputado Carlos Mosconi, V. Exa., como grande médico que é, sabe muito bem que estamos precisando de um número maior de médicos, mas de médicos competentes, dedicados e, de preferência, brasileiros.

O Deputado Carlos Mosconi* - Muito bem, Deputado Bonifácio Mourão. Teríamos outras saídas. Temos faculdades em número suficiente, precisamos mudar o currículo das faculdades brasileiras, temos um grande número de faculdades federais. Portanto, para o governo federal não seria tão difícil mudar o currículo, adaptando-o à realidade atual do País. Mas isso não é feito. Formamos um número elevado de médicos todo ano, mas sem condições de atender à população brasileira, sem uma residência adequada. Também não há nenhuma iniciativa no País para que os médicos recém-formados entrem na residência e adquiram condições de atender, mesmo na medicina social, que é o que precisamos muito no interior. Esse setor da especialização é muito importante e atual no País.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Quero concordar com o Deputado Carlos Mosconi e parabenizá-lo por seu pronunciamento. Quando se fala hoje na situação da saúde pública do País, precisamos procurar de certa maneira fazer os debates, ouvir autoridades nos âmbitos estadual e federal. A Comissão de Saúde, Deputado Carlos Mosconi, de acordo com o que combinamos, promoverá um debate aqui. Convidaremos o Deputado Toninho Pinheiro, que passou a ser o símbolo da resistência. Ele teve coragem de fazer essa denúncia num momento tenso, crítico, para o Congresso Nacional. Ele virá para cá. Queremos que também o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde venham aqui para debater esse tema tão atual. V. Exa. até lidera, e o faz muito bem, o projeto Assine+Saúde. Apresentaremos esse projeto de iniciativa popular para obrigar o governo federal a investir pelo menos 10% da arrecadação na saúde. Parabéns.

Em relação aos médicos, concordo com V. Exa.: o Brasil tem de valorizar profissionais, não somente os de medicina. Estou vendo aqui alunos do curso de Psicologia, que muitas vezes se esforçam, que estudam em boas faculdades. O problema começa depois do diploma: falta mercado de trabalho, falta incentivo e falta apoio aos estudantes universitários, aos psicólogos, a médicos ou dentistas.

O Brasil precisa valorizar a prata da casa e não trazer médico de Portugal, de Cuba ou da Espanha. É preciso valorizar os profissionais respeitando-os, dando-lhes condições de trabalho e salários dignos.

O Deputado Carlos Mosconi* - Muito bem, Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. tem toda a razão: precisamos mesmo valorizar nossos cidadãos e nossos milhares de estudantes. Levar um médico para uma cidade do interior sem estrutura é a mesma coisa que levar um Juiz para uma cidade que não tem fórum, é a mesma coisa que levar um Delegado para uma cidade que não tem delegacia.

Somente levar um médico não resolve nada. Por que não prestigiar a nossa enfermagem, os nossos auxiliares de enfermagem? Aí, sim, daremos uma condição mínima, Deputado Rômulo, de atendimento à população, que precisa de médicos e vai até eles.

Não é possível o médico levar apenas um termômetro e um aparelho de pressão para atender a população brasileira. Isso é ressuscitar o chamado médico dos pés descalços, que foi instituído na China há mais de 50 anos, quando a China era um país muito pobre e não tinha ninguém para atender a população. Então, estamos refazendo no Brasil o que foi feito na China há mais de 50 anos: ressuscitar os médicos de pés descalços. Isso está acontecendo num país que é a 6ª economia do mundo.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deputado, parabeno-o pelo discurso e por abordar desse tema tão importante. Gostaria de deixar claro que o discurso não pode ser conduzido apenas pelo argumento da falta de médicos. Isso é uma grande inverdade. Um estudo mostra que, em 1970, Deputado Mosconi, há 50 anos, a população brasileira era de 100 milhões de habitantes. Hoje, em 2013, a população chega perto de 200 milhões de habitantes. Ou seja, esse número duplicou. Em 1980, tínhamos no Brasil cerca de 80 mil médicos, hoje temos 400 mil. Então, nesses anos, enquanto a população brasileira duplicou, o número de médicos aumentou cinco vezes.

Assim, o Brasil tem número de médicos suficiente, até o dobro do que é preconizado pela OMS. Por que hoje o médico não está no interior? Por três questões: falta de estrutura hospitalar decente e de salários decentes e equipes incompletas. É isso que faz com que o médico fique nas grandes Capitais em busca de melhores oportunidades de trabalho. Portanto, se quisermos saúde de qualidade para todo o País e para o interior, basta investir nos salários e nas estruturas para que o médico possa trabalhar com qualidade.

O Deputado Carlos Mosconi* - Muito bem, Deputado Doutor Wilson. O Deputado Durval Ângelo, meu caro Presidente, havia-me pedido aparte. Se houver tempo, concederei com muito prazer.



Sr. Presidente, já irei encerrar. Espero que o governo federal tenha o bom-senso de não cometer esse grande equívoco com a população do país, colocando a sua disposição para atendimento médicos profissionais não capacitados. Gostaria de relembrar a todos o seguinte: o Revalida, que tem sido feito por médicos de Cuba e da Bolívia, tem um índice de reprovação de 95%. Então, vamos apagar esse índice de reprovação e trazê-los para atender à população do Brasil, o que, naturalmente, não será nunca aceitável. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha das galerias. Quero saudar também os Vereadores de Itacambira que vieram nos prestigiar hoje. Cumprimento todos os mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades de Minas Gerais.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna pela terceira vez.

Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, fiz aqui dois pronunciamentos relatando os fatos ocorridos na Superintendência Regional de Ensino - SRE - de Januária, onde o Superintendente de Ensino, Albert Willians Próbio Monção, vem sendo acusado pelos servidores da Superintendência e pelos Inspectores.

Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Governo nesta Casa, recebi muita documentação, com abaixo-assinados de mais de 110 funcionários da SRE, Deputado Durval, relatando abusos cometidos pelo Superintendente. São abusos de assédio moral, assédio sexual dentro da Superintendência. Além disso, há os absurdos que ele comete fora da Superintendência, como brigar na rua com policiais militares e civis, dirigir embriagado, desrespeitar a sociedade de Januária e perseguir servidores. Ele só concede diária para quem é aliado do grupinho dele.

Já me manifestei duas vezes e hoje estou aqui, Deputado Durval Ângelo, pela terceira usando desta tribuna para tratar desse caso. Enviei à sua Comissão de Direitos Humanos esse relatório. Não há nada criado nem inventado por este parlamentar. São documentos, várias ocorrências policiais relatando os fatos. Enviei à Comissão de Educação todo esse relatório, pedindo que a Secretaria de Educação abrisse um inquérito para investigar essas graves denúncias feitas por servidores da educação de Januária e por funcionários da própria superintendência. Não é o Deputado Paulo Guedes que está acusando o Superintendente. Veja, Deputado Durval Ângelo, o fardo de documentos.

Depois de várias denúncias, esperávamos que o Estado tomasse alguma providência, mas não, ele veio aqui e voltou para Januária mais empoderado ainda. Fez uma reunião, convocou Diretores e Supervisores. Aumentou, então, as perseguições a esses servidores. Mas o mais grave voltou a acontecer esta semana, Deputado Durval: a acusação de assédio sexual. Mesmo depois de ser acusado por servidores e o caso repercutir na imprensa local, estadual, na tribuna desta Casa, ele voltou a assediar outra funcionária da superintendência, aliás, desta vez se encontra foragido da cidade porque o esposo dessa funcionária queria pegá-lo. Ele teve de se evadir da cidade de Januária.

Espero que desta vez, depois de mais um escândalo desses que aconteceu na localidade, o governo do Estado, a Secretária de Educação tomem as providências para punir essa pessoa, que tem comportamento de delinquente à frente da Superintendência Regional de Ensino de Januária. A sociedade da cidade e do Norte de Minas não admitem que coisas como essa continuem acontecendo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, nosso Líder da Bancada do PT, estive atento aos dois outros momentos da denúncia de V. Exa. Vemos que essa denúncia agora contra o Superintendente Regional Ensino de Januária agrava muito o quadro dele. Para nós é um contrassenso que uma coisa dessas aconteça na educação, pois é um local que deveria ser de exemplo edificante e não para posturas como essas. E vejamos que em Minas Gerais temos a lei estadual do assédio moral e toda a legislação federal que trata da questão do assédio sexual.

Conte com a Comissão, porque ela vai tomar providência. Vamos encaminhar essas questões.

Aproveito este momento do aparte, já assumindo o compromisso com V. Exa. de tratar essa questão, para me alongar um pouquinho mais. Gostaria de comentar um ato público feito ontem no Vale do Aço, coordenado pela Amagis em desagravo ao Judiciário local. Começo citando uma frase atribuída a um filósofo estagirita, um aforismo, em que ele dizia o seguinte: "Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade". Quero dirigir isso aos meus amigos da Amagis, aos meus amigos do Judiciário. Temos de ser, antes de tudo, amantes maiores da verdade, pois é a verdade que tem de nos mover, é ela que, quando é conhecida, liberta, como diz a Sagrada Escritura. Ela é realmente a busca fundamental de qualquer pessoa imbuída do espírito de justiça.

Há dois meses, quando estive nesta tribuna denunciando crimes sem solução e o assassinato de dois jornalistas no Vale do Aço, disse que havia atitude omissa, "prevaricante" e criminal do Judiciário Criminal no Vale do Aço. A minha denúncia foi geral, foi genérica. Mas tínhamos bem claros os alvos que iríamos atingir. Resultado: o Tribunal de Justiça afastou o Juiz Marcelo Gonçalves de Paula, da 1ª Vara Criminal de Ipatinga. Ele faltou ontem no ato da Amagis em Ipatinga e deveria ter ido para dizer, Deputado Carlos Henrique, qual o preço das sentenças que ele vendia, quanto custava cada sentença. Ele deveria ter ido ao ato da Amagis ontem para dizer como ele fazia negócios com carros em seu gabinete, vendendo veículos. Ele deveria ter ido ontem para dizer por que traficantes criminosos do Vale do Aço preferiam ser julgados por ele. Na Comissão de Direitos Humanos tivemos testemunho de vários traficantes que diziam que preferiam ser julgados por ele. Ele faltou ao ato público. A Amagis, dentro desse compromisso com a verdade, deveria dizer que já houve um Juiz afastado, não vou dizer que é só em vista das denúncias da Comissão, ele já era conhecido pelo Judiciário. Deputado Paulo Guedes, ele foi afastado com 25 votos, foi unanimidade na sessão da Corte Superior.

E posteriormente citamos o Juiz Calais. Ele disse que não vai me processar, nem poderia, pois provo a única coisa que disse: que há um criminoso perigoso no Vale do Aço, que ele está preso agora, que é o Cb. Victor, da Polícia Militar. Houve cinco pedidos de prisão para ele, e foram absurdamente negados. Eu disse que houve um crime em que quatro adolescentes foram assassinados, eles foram sequestrados, torturados, e os corpos desapareceram em Santana do Paraíso. E o Juiz, além de não ter deferido a prisão dos policiais, os elogiou. Não queria voltar nesse assunto do Dr. Calais na tribuna da Assembleia, mas várias pessoas me pediram. Até pessoas que estiveram ontem no ato público prestando solidariedade ao Juiz me trouxe documentos que provam tudo isso que disse.



Não vou citar nomes. Estavam lá, hipocritamente, prestando solidariedade ao Juiz, quando, na realidade, encaminharam documentos para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos criticando o referido magistrado. Aliás, entre as autoridades que entraram em contato comigo, cito um, o Secretário de Defesa Social Rômulo Ferraz, que disse que o Juiz teve agora uma atitude colaborativa. Talvez por ser filho de militar, ele não prendia militar, não prendia policial civil e dizia que todos eram cidadãos de bem.

Quero deixar claro que denunciei o Juízo Criminal do Vale do Aço. A Corte do Tribunal de Justiça, por unanimidade, concordou comigo e afastou o Juiz. Agora o Dr. Calais mudou de atitude, está deferindo prisões que negou há cinco, seis anos. O correto seria ele ter deferido na época em que o fato ocorreu. Estou nesta tribuna consciente da importância da Amagis na representação de classe, mas deixo claro que é a última vez que falo sobre tal fato, não por receio, porque falo quantas vezes eu quiser, usando a minha liberdade, o meu poder e a minha responsabilidade como Presidente de uma importante Comissão.

Deputado Paulo Guedes, antes de encerrar, cito novamente Aristóteles, o estagirita: “Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade”. Tenham claro que ninguém vai mudar minha postura de 19 anos de Parlamento; não vou me intimidar nem recuar. A denúncia que V. Exa. apresenta contra esse Superintendente é grave, Deputado Paulo Guedes, e nós vamos tomar providências em razão do compromisso com a verdade que tem norteado a Comissão de Direitos Humanos. Trata-se de uma Comissão com uma bela composição. O Deputado Rômulo Viegas, Vice-Presidente, é um companheiro que nos tem surpreendido pelo seu zelo, pela sua postura. A Comissão conta também com os Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia. Ou seja, trata-se de uma Comissão que tem sido exemplo dentro desse compromisso com a verdade.

Quero aqui agradecer ao Tribunal de Justiça, que afastou um Juiz criminoso e bandido da 1ª Vara Criminal do Vale do Aço; porém admirou-me haver tanta gente naquele ato. Que hipocrisia! Eram pessoas que aqui solicitaram documentos e exigiram providências da Comissão de Direitos Humanos.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Durval Ângelo.

Deixo aqui registrada, mais uma vez, essa nossa denúncia. Pela terceira vez, ocupamos a tribuna desta Casa para relatar esses fatos que vêm acontecendo na Superintendência de Ensino de Januária. Esperamos que, depois de mais um ato de falta de decoro desse Superintendente, o governo do Estado tome as providências cabíveis e abra um processo disciplinar para apurar essas graves denúncias, afastando-o do cargo para que a sociedade de Januária conte, enfim, com uma educação verdadeira. A educação não é uma área para se fazer política de picuinha, política partidária, ainda mais para uma pessoa usar o cargo e cometer esse tipo de abuso, qual seja, perseguir funcionários e praticar assédio sexual e moral. Isso envergonha, principalmente quando se trata de educação.

Quanto à educação do Norte de Minas, exigimos que ela seja conduzida com respeito. Por isso cobramos uma atitude mais firme por parte da Secretaria de Educação, para restabelecermos a normalidade na Superintendência de Ensino de Januária, porque os funcionários estão trabalhando sob pressão, sob ameaças e ainda sob assédio moral e sexual.

Espero que o Superintendente, que está corrido da cidade, não volte lá mais. E que a Secretária de Estado de Educação tome providências quanto à exoneração desse Superintendente o mais rápido possível, porque isso não ocorreu apenas uma vez, mas diversas vezes e vem acontecendo. São várias as denúncias, são várias as ocorrências policiais. Há abaixo-assinado subscrito por mais de 100 funcionários da Superintendência. Isso, Secretária, tem de ser levado em consideração.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes mesmo de adentrar-nos no assunto, gostaria de falar que esta é a terceira vez, Deputado Bonifácio Mourão, em que Deputados da base do governo utilizam essa estratégia. Está faltando um pouco mais de respeito com os Deputados que estão na tribuna. Então, Deputado Bonifácio Mourão, para que V. Exa. não tenha um comportamento mais radical por parte deste Deputado no tocante a obstruir projetos do governo, peço a V. Exa. encarecidamente que, quando um Deputado for pedir encerramento, de plano, que respeite o que prevê o Regimento. Se o orador está nesta tribuna, o Deputado pode até provocar e suscitar essa fala; fora disso, interromper nesse momento é, no mínimo, desrespeito para com o colega Deputado. Esta é a terceira vez em que Deputado da base do governo faz isso com este Deputado. Nas outras duas vezes, conseguiram encerrar o pronunciamento.

Então, peço a V. Exa., que é o nosso Líder, pessoa séria, Deputado responsável e, acima de tudo, equilibrado, que converse com os Deputados, especialmente com os Deputados da base do governo, para que não tenham esse tipo de procedimento, porque fica desrespeitoso conosco. Fazemos a inscrição e obedecemos ao Regimento. É muito simples para mim inscrever-me e discutir cada projeto durante uma hora, e V. Exa. sabe disso. À medida que utilizam essa estratégia, não permitem nem sequer que façamos uso da tribuna, e isso é algo que o parlamentar precisa ter.

Faço questão de não citar Deputados, até porque não concederia aparte a outro Deputado. Então, como não citei, não concederei aparte a outro Deputado. Estamos aqui num clima de convivência harmoniosa, V. Exa. tem acompanhado, mas é preciso ter um pouco mais de respeito com quem está na tribuna. Esta tribuna, Deputado Bonifácio Mourão, é algo sagrado para o parlamentar, o único lugar em que ele consegue falar sem sofrer nenhuma retaliação, porque, se depender de alguns aqui, desligam até a TV Assembleia para que não se façam denúncias. Entendo que o parlamentar não pode ser tolhido, e, pasmem, como um Deputado pode desvalorizar a ele mesmo e ao próprio parlamento?

Não é à toa que o Ministro Joaquim Barbosa tem feito críticas tão ácidas contra o parlamento, porque o Deputado pratica a autofagia, Deputado Durval Ângelo. Ele quer, numa postura de defender o governo, sacrificar e cortar um pedaço dele mesmo, cortando aquilo que é primordial na ação parlamentar, que é a inviolabilidade; que é, na sua fala, opinião e voto, a imunidade material e formal que possui por prerrogativa. O próprio Deputado quer impedir outro Deputado de utilizar a tribuna para falar. Se o Deputado, seja da Oposição, seja da base, não puder utilizar a tribuna, então, temos de fechar este Parlamento, trancar as portas do Plenário e das comissões e ir embora. Em compensação, também não tem de receber dinheiro público, não deve ter a cara de pau de receber o salário. Tem de fechar o parlamento e, no mínimo, não receber o dinheiro que recebe todo mês enquanto parlamentar.

Então, Deputado Bonifácio Mourão, queria fazer este desabafo. É a terceira vez em que venho à tribuna e um Deputado usa essa estratégia. Precisamos de um pouco mais de respeito.



O assunto que vim tratar é que ontem tivemos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, e mais uma vez quero cumprimentar o Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão, porque fizemos uma audiência pública propositiva para discutir a carga horária da Polícia Militar e dos Bombeiros militares, especialmente a Resolução nº 4.251. Diferentemente do que disse a jornalista da assessoria de comunicação da Assembleia, na sua matéria relacionada à resolução: que o Comando se antecipou. O Comando não se antecipou.

A jornalista da nossa Casa precisaria estar um pouco mais atenta. O Comando está tentando regulamentar aquilo que já é acordo. O PLC nº 33 é de minha autoria. Há 10 anos, estamos trabalhando com essa matéria para implantarmos uma carga horária que respeite a dignidade dos profissionais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.

Sr. Presidente, Deputado Rômulo Viegas, quero falar da importância desse projeto. V. Exa. participou ontem, como Vice-Presidente, da Comissão de Direitos Humanos e acompanhou e tem acompanhado a nossa luta desde o primeiro momento em que aqui chegou. Já participei de algumas discussões e debates com alguns Deputados desta Casa, mas, graças a Deus!, ao nosso empenho e à nossa perseverança, estamos conseguindo avançar depois de 10 anos.

Conforme disse, o PLC nº 33 é de minha autoria. Fizemos um acordo com o governo do Estado, que, com a interlocução feita pelo nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão, foi referendado para avançarmos. O projeto foi aprovado em 1º turno, com 41 votos a favor e nenhum voto contrário. Fiz questão de agradecer a cada Deputado ter manifestado o voto favoravelmente.

Sr. Presidente, há 10 anos temos trabalhado nessa matéria, que aliás vem avançando. Quero externar a nossa alegria não só por isso, mas também porque a PMMG completará 238 anos de existência no dia 9/6/2013.

Pasmem, senhores e senhoras: até hoje não há uma carga horária definida em lei para esses trabalhadores! O que havia definido? A Resolução nº 35.042, do ano de 2000, definia que a carga horária mínima seria, Deputado Rômulo Viegas, de 40 horas. Perguntava-se ao Comando: qual era a carga horária máxima? A resposta era esta: “A carga horária máxima é quanto desejar o Comandante do pelotão, da companhia e do batalhão escalar o policial e o bombeiro”.

Portanto, isso é algo absurdo e uma grave violação dos direitos humanos, o que nos ensejou realizar audiência pública na Comissão de Direitos Humanos há seis meses. Agora estamos conseguindo avançar com essa matéria. Aliás, ela é muito importante para a vida dos únicos profissionais do Estado de Minas Gerais, Deputado Durval Ângelo, que até hoje não conseguiram avançar na definição da carga horária.

Para V. Exa. entender a dimensão disso, a última aprovação foi no Congresso Nacional, da PEC dos domésticos. Na verdade, eram os últimos trabalhadores do setor privado, porque a CLT, durante o governo Vargas, é datada de 1943. Lá já haviam definido a carga horária dos trabalhadores do setor privado. Conseguiu-se aprovar a PEC dos empregados domésticos 70 anos depois, ou melhor, da empregada doméstica, do motorista da família, do caseiro e do jardineiro, que foi inserida no texto da Constituição da República. No entanto, para policiais e bombeiros militares, até então nada.

Com a aprovação do PLC nº 33, que determina ao Comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros... Diferentemente do que escreveu a jornalista desta Casa, pois o Comando não está se antecipando e isso não é da cabeça dele. Há um trabalho de 10 anos realizado por este Deputado nesta Casa. Foram necessárias quatro audiências públicas para que o Comando viesse a cumprir o que está determinado no PLC.

Portanto tive a oportunidade de dirigir-me ontem ao Cel. Adeli, que representava o Comando e é Presidente da comissão dos oficiais que foi designada para elaborar essa resolução a fim de estar em sintonia ou em acordo com o que diz respeito ao PLC.

Dois pontos foram duramente criticados, até por este Deputado. Em razão disso, já conversei com os Coronéis Brito, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, e Sant'Ana, Comandante-Geral. Da mesma forma, estamos fazendo tratativas com o Cel. Sílvio, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros. Em qual sentido? Por parte da Polícia Militar, na Resolução nº 4.251 está a proposta de escalar o policial no turno operacional de 10 horas. Ele trabalharia numa escala que só vai permitir um final de semana de folga após 60 dias.

Quero registrar que ontem estive aqui o Cb. Daniel, lotado no 49º BPM, que trouxe uma contribuição importante. Ele disse: “Srs. Deputados, Sr. Coronel, ao adotarmos a escala de folgar apenas um final de semana em 60 dias... Eu, na condição de separado judicialmente, e o Juiz determinou que, quanto à guarda de minha filha, ela ficará um final de semana com a mãe, o outro comigo. Como vou conseguir cumprir a minha obrigação paterna com a folga de um final de semana de 60 em 60 dias? A Constituição da República é muito clara, diz que a responsabilidade paterna... Aliás, diz muito mais: a família deve ter especial proteção do Estado. Mais adiante, o constituinte originário, em seus arts. 226 e 227 diz que, não apenas a família receberá proteção especial do Estado, mas também é vedada qualquer forma de interferência coercitiva no convívio familiar, ou seja, na administração da família.

Quando o Comando da Polícia Militar impõe uma escala em que o policial terá um final de semana de folga de 60 em 60 dias, encontramos, de pronto, uma resistência enorme a um comando constitucional claro. Por outro lado, estou confiante. Fizemos um apelo ao Cel. Sant'Ana e tratamos também dos Municípios distantes, os bem longínquos um do outro, como os do Norte de Minas, do Triângulo e do Noroeste mineiro. Há, por exemplo, o Município de Formoso, na divisa do Estado de Goiás, que está a 130km de Buritis ou de Arinos. Então, é necessário que haja maior flexibilidade na formalização da escala do pelotão ou do destacamento. Se são 40 horas semanais, é possível discutir em termos de 160 horas mensais. Sendo 160 horas mensais, temos condições de flexibilizar essa escala e torná-la mais humana, permitindo ao policial que às vezes tem de andar duas, quatro horas para fazer o policiamento no Município, que retorne ao seio da sua família.

Então, Sr. Presidente, quero falar da minha alegria e satisfação em estar avançando. Há 10 anos, trabalhamos com essa matéria na Assembleia. Finalmente estamos avançando e concluindo, sob a Liderança do Deputado Bonifácio Mourão, que selou esse acordo. Tivemos o empenho do Deputado Duarte Bechir, que, se não fosse ele, na segunda-feira passada, não haveria quórum para aprovar o requerimento na Comissão de Direitos Humanos. Mas com a presença do Deputado Duarte Bechir, isso foi possível, aprovamos.

Ontem, Deputado Duarte Bechir, realizamos audiência, que foi muito produtiva, com a presença do Cel. Adeli, que representou o Comandante-Geral da PM, e do Cel. Ezequiel, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros. Foi uma audiência propositiva, que visou



a ouvir críticas, sugestões e apelos tanto dos policiais e parlamentares quanto dos Presidentes das nossas associações de classe. Quero dizer, Deputado Duarte Bechir, que a audiência de ontem foi muito propositiva, sob a Presidência do Deputado Durval Ângelo, que acolheu imediatamente o nosso requerimento.

Quero deixar aqui, Sr. Presidente, uma fala especial aos policiais e bombeiros militares de Minas Gerais: há 10 anos trabalhamos para que essa questão fosse tratada em lei. Agora o Comando, visando à aprovação já no 2º turno do projeto de lei complementar já está fazendo as tratativas no âmbito da resolução. Estamos avançando.

Quarenta horas semanais é um avanço jamais alcançado em toda a história da PM e do Corpo de Bombeiros. O compromisso que tenho com os policiais e os Bombeiros é continuar trabalhando para aperfeiçoar essa resolução e torná-la cada vez mais humana, que seja aplicada, obedeça ao interesse público da sociedade e, ao mesmo tempo, que consigamos conciliar esse interesse em uma escala mais humana, mais digna para polícias e Bombeiros. Portanto, Sr. Presidente, encerro minhas palavras agradecendo muito ao nosso Líder Bonifácio Mourão, por seu equilíbrio e sua sensatez, pois, a todo momento, tem acompanhado esse acordo. Obviamente não poderia deixar de agradecer ao Deputado Duarte Bechir e ao Deputado Durval Ângelo, que têm contribuído para que isso se torne realidade na vida dos policiais e dos bombeiros Militares de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência com este Deputado.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, solicitei o uso da tribuna hoje, mesmo com pouco tempo, para tratar também na Assembleia Legislativa de um assunto relacionado com o programa Bolsa Família e para acalmar os que recebem do governo Federal esse benefício.

Sabemos que o Bolsa Família é um programa de muita repercussão social. Embora alguns setores da sociedade não entendam a importância dele, para os mais pobres esse programa tem um sentido muito forte porque dá a eles a capacidade de ter um recurso, mesmo pequeno, para que não passem fome. As elites brasileiras não costumam entender muito esse programa, e alguns setores da sociedade vivem alardeando a possibilidade do fim desse programa, questionando até mesmo a sua existência.

Neste final de semana, Deputado Durval Ângelo, o boato de que o Bolsa Família iria acabar e que as pessoas teriam de ir aos bancos para retirar o dinheiro rapidamente percorreu o Brasil. O boato foi tão grande que mais de 1 milhão de pessoas foram aos bancos para fazer a retirada do dinheiro desse programa. A Presidenta Dilma reagiu de forma veemente a esse fato deplorável, dizendo que era um boato, até mesmo criminoso. Ela reforçou a necessidade do Bolsa Família e o valor que ele tem. Pessoas desesperadas foram aos bancos para retirar o ganha-pão e a dignidade adquirida por meio Cartão Bolsa-Família.

Então, queria usar esse tempo, baseado no que aconteceu no final de semana, para mostrar a força do Bolsa Família. Evidentemente, também gostaria de reforçar que nós, do PT, do governo da Presidenta Dilma, e nossos aliados temos a convicção da manutenção e da ampliação do Bolsa Família. Espero que muitos setores elitistas do Brasil possam enxergar, a partir do acontecido, a força desse programa, em relação aos mais pobres do Brasil.

Como dizem, sempre é bom fazer do limão uma limonada. Foi terrível o boato que aconteceu, mas, ao mesmo tempo, ele mostrou que esse programa é necessário no Brasil e não pode ter fim, como alguns setores - insisto - conservadores da elite brasileira pensam em relação a ele. Isso ocorre, algumas vezes por incompreensão, outras vezes por preconceito. Esse era o assunto que eu queria mencionar da tribuna.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este minuto que me resta para parabenizar o PMDB mineiro, pelo programa que foi ao ar na televisão em Minas Gerais. Ele indagava: "Quem não gostaria de morar nas propagandas do governo do Estado?". Esse programa criativo do PMDB diz a verdade sobre as propagandas pagas, aliás com milhões de recursos públicos do governo de Minas Gerais, em relação a questões que sabemos não condizerem com a verdade. Até programa na televisão com propaganda paga dizendo que não existia dengue tivemos no governo de Minas. Aliás, falaram na saúde pública e se esqueceram da dengue. Engraçado, eles também não gostam que médicos venham para o Brasil.

Como disse o Senador Lindberg, alguns Deputados e Senadores do PSDB não se lembram da palavra "povo" nem em discurso. É o caso do Senador Aécio Neves. Então, o que vemos é que quem não se lembra da palavra "povo" também não se lembra de dizer o que de fato tem acontecido no Estado de Minas Gerais, não se lembra da dengue. Falam de saúde, mas não se lembram de que Minas Gerais é a campeã da doença. Esse foi o título que o Estado ganhou. O Senador Aécio Neves é réu no processo de R\$4.300.000.000,00, no Ministério Público. E foi reafirmado que será julgado no Tribunal de Justiça. É como se os recursos não fizessem falta.

Sugiro ao Deputado Toninho Pinheiro que da próxima vez vá ao Congresso Nacional lembrar também do recurso que Minas Gerais não aplicou na saúde. Ele se esquece dessa faixa, assim como se esquece da dengue e dos médicos que fazem falta ao povo. Parabenizo a Presidenta Dilma por trazer ao País especialistas nas áreas carentes desses profissionais. O ProUni e outros programas nos darão condições de termos profissionais no Brasil em quantidade suficiente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/5/2013

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, temos acompanhado pronunciamentos diversos desta tribuna, críticas ao governo desde os tempos de Aécio Neves e Anastasia, críticas ao governo atual de Anastasia e Alberto Pinto Coelho, além de comparações do governo do Estado de Minas Gerais com governos de outros Estados membros da Federação.

Vimos aqui hoje, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, munidos de um caderno de indicadores econômicos e sociais de Minas Gerais no período 2003-2013, elaborado pela Fiemg, ACMinas, Federaminas, CDL, Faemg e Fecomércio, entre outras. Aliás, ele foi objeto de um pronunciamento do Governador Antonio Augusto Anastasia, na última semana, no auditório da Fiemg, com inúmeras pessoas e autoridades presentes. Este pronunciamento tem o objetivo de fazer um resumo desse manual que está em nossas mãos. Ele traz

alguns dados extremamente importantes sobre a administração, iniciada com Aécio Neves e Anastasia, desde o choque de gestão até o final de 2012.

Deputado Rômulo Viegas, começarei dizendo que, em 2003, o choque de gestão tornou-se a principal referência da administração pública no Brasil de hoje. Ele é recomendado pelo Banco Mundial para ser adotado em outros países também.

Tivemos três etapas fundamentais, desde o início do governo Aécio Neves até os dias atuais do governo Anastasia. Começaram com o choque de gestão, em 2003, com o equilíbrio fiscal e continuaram, em 2007 e 2010, com o Estado para Resultados, para a melhoria do desempenho gerencial visando a resultados. Depois veio a terceira geração, com a gestão para a cidadania, em que o cidadão era o foco de todas as ações de governo.

Começamos pelas finanças públicas. Com o saneamento proporcionado pelo choque de gestão, foi possível restabelecer a credibilidade junto às instituições financeiras no Brasil e no exterior, o que não havia acontecido até 2003. Em decorrência disso, em 2012 a agência norte-americana Standard & Poor's e a agência Moody's deram para Minas Gerais as melhores notas no Brasil, em termos de saneamento de finanças de um modo geral, o que não aconteceu com a Espanha, a Grécia e outros países europeus.

Com referência à dívida com a União, ela foi objeto também da palestra do Governador Anastasia. Todos os Deputados já sabem que começou nesta Assembleia Legislativa, com a iniciativa do Presidente Dinis Pinheiro e com a participação de diversos Deputados, um movimento para alterar, juntamente com os Estados membros, esse sistema de agiotagem adotado pela União. Todos eles ficaram devedores da União, pagando juros extorsivos. Só para dar um exemplo, Minas Gerais, em 1998, assinou aquele contrato e passou a dever R\$14.800.000.000,00. De 1998 a 2012, pagou R\$25.000.000.000,00 e ainda deve R\$63.000.000.000,00. Isso é totalmente inadmissível. Falaremos mais sobre essa questão da dívida pública em outras oportunidades.

Com referência também às finanças públicas, das quais já começamos a falar, é importante considerar que, na comparação com importantes Estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e outros, Minas Gerais é o 2º Estado que mais ampliou seus investimentos, graças ao choque de gestão.

Vejam, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: em 2002 as despesas com o investimento no governo de Minas foram de R\$775.000.000,00, valor que saltou para R\$3.200.000.000,00 em 2012. Esse aumento foi de nada menos que 310%. O crescimento foi bem maior do que no Rio de Janeiro, onde o percentual foi de 238%, e lá há os "royalties" da Petrobras. No Rio Grande do Sul, esse índice foi de 188% e, no Paraná, de 56%. Qual é a fonte desses dados? As Secretarias de Fazenda desses Estados aos quais nos referimos.

Quando se faz o balanço dos recursos destinados a alguns dos principais serviços prestados pela administração pública à população, vemos a dimensão e o grande alcance social do choque de gestão.

Entre 2003 e 2012, houve grande aumento dos investimentos do governo estadual: saúde, 294%; segurança, 259%; educação, 186%. As fontes estão comprovadas aqui.

Com referência a trabalho e geração de emprego, o dinamismo da economia mineira, o ambiente favorável aos negócios e a atração de novos investimentos são responsáveis pela geração de um número muito mais relevante de novos postos de trabalho no Estado, desde 2003. Em 2011 Minas Gerais teve uma taxa de desemprego de 6%, menor que a do Brasil, que foi de 6,7%. Em 2002 essa mesma taxa era de 9%, passando para 6% em 2011, representando uma redução de 33%. Qual a fonte? O IBGE, fonte do governo federal.

Antes de dar continuação ao meu pronunciamento, concedo aparte, com muito prazer, ao eminente Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, nosso Líder do Governo, Deputado Bonifácio Mourão. Assim como eu, V. Exa. teve oportunidade de exercer o cargo de Prefeito em nossas cidades. Portanto, entendemos um pouco de administração pública. Vale a pena ressaltar, Deputado Dalmo Ribeiro, que é muito difícil encontrar no mundo uma gestão pública, nas três esferas de governo, que tenha 100% de eficiência. Isso é extremamente impossível. Vemos a Oposição criticando muito o governo de Minas. V. Exa. acaba de dar uma aula a todos nós e aos telespectadores da TV Assembleia, esclarecendo e mostrando a verdade através de números. Não temos a pretensão de atingir 100% de eficiência, porque isso é muito difícil, mas temos a grata satisfação de ter o reconhecimento dos organismos internacionais.

Portanto, parabeno V. Exa. e o Governador Anastasia, porque Minas Gerais avançou mesmo. Em 2003, quando assumiu, o Estado atravessava seriíssimas dificuldades. Deputado José Henrique, Minas depende de muita exportação, das "commodities" do minério. A receita caiu, mas, mesmo assim, pagando juros altíssimos à União, o governo enfrentou o problema da crise internacional e conseguiu dar resposta à população. Parabéns, nosso Líder. Continue defendendo, juntamente conosco, o governo de Minas, que é eficiente e dá resultados.

O Deputado Bonifácio Mourão - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. V. Exa. está demonstrando que estamos aqui com documentos, com fontes em nossas mãos, sendo a maioria fontes federais, como o IBGE, o Ministério da Educação, o Datasus e assim por diante.

A desigualdade social em Minas Gerais diminuiu 11,3% entre 2002 e 2011, um resultado melhor do que a média do Brasil, que foi de 11,1%, e melhor que a da Região Sudeste, que foi de 10,2%. Isso se explica pelo esforço estadual para o crescimento econômico e a atração de novos investimentos, pela geração de emprego e renda, pelas melhorias em setores como a educação e a saúde e por programas sociais como Travessia, Poupança Jovem e assim por diante. A implantação do Processo, responsável por levar asfalto a Municípios que antes não dispunham desse benefício, também teve impacto positivo e contribuiu claramente para dinamizar a economia regional e facilitar o acesso a serviços como escolas e hospitais. Os números citados são do Índice de Gini, um indicador adotado no mundo todo para verificação das desigualdades entre regiões e países. Em 2002, o Índice de Gini de Minas Gerais era de 0,559, caindo para 0,496 em 2011.

Se falarmos sobre a esperança de vida, sobre a média de vida das pessoas, veremos outro indicador que melhor resume a qualidade de vida de uma população. Em 2010, a esperança de vida ao nascer em Minas Gerais era de 75,4 anos, a melhor da Região Sudeste do



Brasil. Nos demais Estados: 75,1 anos em São Paulo; 74,5 anos no Espírito Santo; e 74 anos no Rio de Janeiro. Com esse desempenho, o choque de gestão confirma o objetivo de fazer de Minas o melhor Estado para se viver.

A taxa de mortalidade infantil é um indicador importante da área da saúde. Também temos números mostrados pelo Datasus. Deputado Doutor Wilson Batista, em 2002 Minas Gerais tinha uma taxa de mortalidade equivalente a 18 para cada 1.000 pessoas e, em 2011, 13 para cada 1.000. É evidente que houve uma diminuição de 27% e que isso é resultado de um grande trabalho também na área de saúde.

Presidente Deputado José Henrique e Deputado Dalmo Ribeiro Silva, no que se refere à qualidade de ensino, o resultado é o mesmo. Veremos que a melhor educação básica do Brasil está aqui em Minas Gerais. Sabem por quê? Porque o Ministério da Educação, através do Ineb, tem dado a Minas Gerais as melhores notas nas Olimpíadas de Matemática e Português e tem classificado o nosso Estado em 1º lugar nos primeiros anos do ensino fundamental; em 2º lugar nos últimos anos do ensino fundamental; e em 3º lugar no ensino médio. Isso é porque em Minas Gerais se implantam grandes programas na área da educação, como se implantou agora o PIP, que é o Programa de Intervenção Pedagógica, já adotado pelos 853 Municípios de Minas Gerais.

Anteontem mesmo, Deputado Gustavo Valadares, estávamos no Minascentro com o Governador Anastasia e a Secretária Ana Lúcia Gazzola para o lançamento do grande programa Reinventando o Ensino, que prepara o jovem de ensino médio para o mercado de mão de obra fora da escola e para o futuro. Então, estamos vendo números como esse também na área da educação. Além disso, podemos citar inúmeras outras classificações feitas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb. Recentemente, o governo federal fez a classificação de escolas públicas no Brasil. Entre as 250 primeiras colocadas, 120 são de Minas Gerais. Por que será que está acontecendo isso? É evidente que é por causa de um trabalho sério, feito a partir do choque de gestão. O Deputado Bosco é da área da educação e está a par disso.

Temos muitas outras coisas para falar. Temos em nossas mãos dados importantes sobre as áreas da segurança e da economia, sobre o PIB de Minas Gerais. Poderíamos citar várias situações com fontes nas contas regionais, inclusive do IBGE. (- Lê:) “Nos últimos anos, a economia mineira vem apresentando uma tendência de crescimento acima da média brasileira. Em 2010, registrou-se uma expansão do PIB de 8,9%, em patamar semelhante ao da China, e a maior taxa de crescimento, desde 1996, ano inicial da série histórica considerada”.

Se levarmos em conta a economia do PIB “per capita”, também teremos inúmeras considerações a fazer. Na economia da indústria, o PIB “per capita” era de 28,6%, mas subiu para 33,6%. Temos de encerrar porque a campanha já nos adverte nesse sentido. Na economia do agronegócio é a mesma coisa. Teríamos de falar ainda sobre o comércio exterior, a infraestrutura, o Caminho de Minas, o Processo e assim por diante.

Gostaria de dizer que esse manual publicado está à disposição de todos. Trata-se de uma resposta àqueles que falam nesta tribuna que Minas está quebrada, que o governo Aécio Neves não fez nada e que o governo Anastasia não está fazendo nada.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esse manual precisava ser distribuído para o Brasil todo para mostrar que o ex-Governador Aécio Neves está preparado para levar ao País uma administração semelhante ao que ele e o Anastasia fizeram e estão fazendo por Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores, dividirei meu pronunciamento em dois momentos. Primeiro, tratarei de um assunto muito importante, o combate à exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes. Na segunda parte, entrarei um pouco no debate que o Deputado Bonifácio Mourão trouxe, sobre a questão do desenvolvimento e da redução das desigualdades.

Começarei, Sr. Presidente, dizendo que, no dia 18 de maio, registramos o Dia Nacional de Combate à Violência e à Exploração Sexual no País. Infelizmente há milhares de crianças e adolescentes submetidos ao abuso e à exploração sexual, muitas vezes ao abuso sexual intrafamiliar. Há uma grande preocupação com essa temática, principalmente no que diz respeito à proximidade dos megaeventos que se realizarão no País - Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas.

A Assembleia, como sempre, realizou, por meio da Comissão de Participação Popular, uma audiência pública muito importante, no último dia 16 de maio, com várias autoridades, representantes dos movimentos da área da criança e do adolescente, Tribunal de Justiça, Ministério Público. Elencamos aqui uma espécie de agenda para o enfrentamento dessa situação. Constatamos avanços do ponto de vista de sensibilização da sociedade, de estruturação de mecanismos de acolhimento de denúncias, mas muito ainda há a ser feito.

Em primeiro lugar, precisamos estruturar melhor essa rede de proteção social. Temos um grande avanço do Sistema Único de Assistência Social - Suas - no País, em Minas, mas precisamos imprimir maior qualidade a esse sistema, principalmente valorizando e fortalecendo as equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social - Cras -, dos Creas e também dotando de mais infraestrutura e maior apoio os Conselhos Tutelares. Além disso, é muito importante agilizarmos o processo de julgamento de denúncias contra os que cometem esses atos, diria, de barbaridade. Precisamos com urgência da instalação da vara especializada para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Nesta Casa já incluímos, na Lei de Organização do Judiciário, a previsão para a instalação dessa vara especializada, mas até hoje ela não foi implantada. Muitas vezes a criança abusada, explorada sexualmente, convive com a pessoa que comete esse ato durante um, dois, três, quatro e até cinco anos.

Então queremos, neste mês em que há essa grande mobilização nacional, tomar algumas iniciativas. Fizemos audiência na Assembleia, tivemos oportunidade, com o Ministério Público, com as Polícias Civil e Militar, de realizar um evento importantíssimo de capacitação para o protocolo de humanização no atendimento às vítimas de violência e exploração sexual, até organizando a rede de assistência hospitalar, a rede de saúde para acolher com dignidade, de maneira humanizada, as vítimas, e também aperfeiçoando o mecanismo de registro e guarda das provas que podem exatamente punir os que cometem esses atos.

Através de emenda popular da Comissão de Participação Popular, esse protocolo de humanização está saindo do papel. E aqui eu pediria atenção e adesão principalmente do governo, do Líder do Governo, Deputado Bonifácio Mourão, porque nós apresentamos ao



projeto de lei que estabelece os critérios para a realização das Copas das Confederações e do Mundo uma emenda muito importante. Ela prevê que o Estado realize campanhas institucionais de porte visando alertar todos os que estejam em nosso Estado para o devido respeito ao direito das crianças e dos adolescentes, particularmente coibindo qualquer tipo de exploração e turismo sexuais, bem como o trabalho infantil. Isso é uma obrigação. A Copa do Mundo obviamente traz vantagens econômicas, esportivas e culturais. Há uma mobilização no País que ama o futebol e os esportes, mas não podemos deixar que esses megaeventos tragam também o legado negativo: a exploração e o desrespeito às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Assim, queria pedir o apoio de todos para essa emenda apresentada ao projeto de lei estadual da Copa do Mundo. Gostaria de dizer que a Assembleia de Minas está vigilante quanto ao combate à violência e à exploração sexual, aliás processando emendas populares. Somente nos últimos anos, foram mais de R\$1.800.000,00 destinados a essa temática, por meio de emendas populares. Acharmos fundamental a implantação da vara especializada, já temos até uma audiência marcada com o Tribunal de Justiça e com vários parceiros da área da criança. A Câmara Municipal de Belo Horizonte também está envolvida nesse processo. O Vereador Pedro Patrus lançou, nesta semana, a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Realizamos um “abraço” no Mineirão, uma atividade que envolveu vários órgãos públicos e da sociedade civil, exatamente para sensibilizar. São milhares de casos de abuso e exploração sexual de crianças de 3, 4, 5 e 6 anos, ou seja, de todas as idades. Telespectador que nos acompanha, imagine, pense na sua filha ou no seu filho de 5, de 6 ou de 7 anos de idade sendo abusado sexualmente, e muitas vezes o infrator sendo absolutamente não penalizado. Nós temos de pôr fim a esse problema, nós temos de mobilizar a sociedade e acolher famílias e crianças que infelizmente tenham tido o seu direito violado. Precisamos também de romper com esse ciclo da impunidade estimulando a denúncia, mas também fortalecendo a rede de proteção social.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Em primeiro lugar, Deputado André Quintão, quero parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exa. vem fazendo de maneira geral, mas principalmente em relação aos direitos da criança e do adolescente. V. Exa., como assistente social, tem experiência profissional e técnica, e isso evidentemente ajuda também o seu mandato.

Permita-me também, ao mesmo tempo em que parabenizo V. Exa. por esse assunto, dar alguns dados que posso contrapor aos listados aqui pelo Líder do Governo Anastasia. Quero também parabenizar o Deputado Bonifácio Mourão, porque pelo menos fez um esforço ao trazer dados que considera positivos no governo. A base do governo Anastasia, diria até mais, a base do governo Aécio, porque aqui existem duas bases; a base aecista, quando contraposta a dados que o Brasil e Minas não podem saber, em geral reage a isso atacando a Presidenta Dilma ou atacando o ex-Presidente Lula, mas jamais mostrando o que o governo do Prof. Anastasia fez. Pelo menos hoje o Deputado Bonifácio Mourão mostrou dados do governo para que possamos contrapor.

Eu queria dar destaque a um desses dados. Quando ele falou do crescimento de Minas para falar da vantagem do choque de gestão, citou o PIB de 2010 e disse que foi o PIB da China. Em Minas, o PIB da China foi só em 2010, que foi de 8,91%, segundo dados do IBGE. O Brasil cresceu, na ocasião, também com PIB da China, em 7,53%. Mas precisamos fazer a média. Se pegarmos a média de 2003 a 2010, o PIB da China vira PIB da Somália. Nesse caso, Minas Gerais cai para o 22º lugar em relação a todos os Estados, ficando com a média de 4,3% e o Brasil com a média de 4,6%, ou seja, Minas cresceu na média, no governo tucano, menos do que cresceram também os outros Estados brasileiros. Para se ter ideia, é o sexto pior PIB acumulado de 2003 a 2010. A cartilha e os dados são os mesmos que o Deputado Bonifácio Mourão usou. Só que ele utilizou apenas o PIB de 2010. Estou usando a média de 2003 a 2012, que dá, portanto, uma desvantagem muito grande, ficando o Estado em 22º lugar, repito, o sexto pior.

Apenas no governo Itamar Franco tivemos um crescimento de Minas Gerais de PIB maior que o do Brasil. No governo Eduardo Azeredo, o Brasil teve um crescimento de PIB, na média anual, negativo de 0,10%, era a época de Fernando Henrique. No governo de Itamar Franco, mesmo sendo Fernando Henrique, teve uma média anual de 0,06%. No governo Aécio Neves, -0,48%; no governo Antonio Anastasia, -0,12%. O Brasil cresceu com Itamar Franco uma média de 8,76%, e Minas Gerais cresceu 8,99%. Já no governo Azeredo, o Brasil cresceu 10,31%; Minas, 9,92%. No governo Aécio Neves, o Brasil cresceu 29,59%; Minas, 25,72%. No governo Anastasia, o Brasil cresceu 3,65%; Minas, 3,42%. Essa é a média, negativa, do crescimento do PSDB. Ela foi positiva somente no governo Itamar Franco. Essa é a realidade do crescimento.

Então, Deputado, concluindo, o choque de gestão tão falado deu a Minas Gerais também outros campeonatos ruins, por exemplo, a dívida na saúde pública, que ultrapassa, só de Aécio Neves, 4,3 bilhões. Todo o mundo sabe que ele é réu hoje num processo do Ministério Público. Será julgado, podendo aliás sofrer um processo administrativo e ficar até inelegível, porque o processo corre na Justiça aqui em Minas Gerais, por determinação do Tribunal de Justiça. Ele tentou fazer com que esse processo se paralisasse na Justiça.

No aspecto da saúde, Minas também é a campeã da dengue. Não se tem dengue em outros Estados como se tem em Minas Gerais. Isso é o verdadeiro choque de gestão. São dados vistos na sua globalidade. Pescar um número num ano e querer dizer que é PIB da China é brincadeira.

Então, faça essa ressalva nos dados para serem analisados em conjunto. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Até vou me inscrever numa próxima oportunidade, porque uma das preocupações também em relação a essas estatísticas de PIB é que, proporcionalmente, em Minas, na região central, o PIB cresce. Em outras regiões, principalmente Jequitinhonha, Mucuri e mesmo o Rio Doce, há um decréscimo. Há uma concentração na parcela de crescimento de PIB mineiro na região central, decorrente da atividade minerária. A economia mineira tem esse gargalo, é uma economia colonial, pois 54% do PIB mineiro depende ou de “commodities” de minério de ferro ou de café, sem agregação de valor. Então, nas regiões onde não há essas concentrações é complicado. No Sul de Minas há o café principalmente; na região central, mineração; Triângulo e Alto Paranaíba são fronteiras de expansão de agronegócio; as outras regiões ficam com a situação mais complexa.

Então, precisamos fazer um debate para discutirmos, mesmo na média de crescimento do PIB mineiro, quais são os mecanismos para descentralizar, para dar aporte maior ao desenvolvimento nas regiões mais deprimidas economicamente. Citamos aqui, aliás, o princípio da equidade, tão importante em política pública.



Concluo, Sr. Presidente, parabenizando os assistentes sociais, que no dia 15 de maio comemoraram o Dia do Assistente Social. Peço o apoio dos Deputados para aprovar uma emenda na lei estadual da Copa para que o Estado, além de divulgar a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, também divulgue essa campanha para termos uma copa, um megaevento sem trabalho infantil, sem exploração sexual e sem turismo sexual. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero ser bastante objetivo e peço que todos prestem muita atenção ao seguinte: quando alguns Deputados da Oposição criticam o nosso governo - não são todos -, até citando nomes, criticam pessoalmente o Senador Aécio Neves, o Governador Anastasia, mas eles não os estão ofendendo. Agora, quando fazemos qualquer crítica ao governo federal, e todas as vezes que faço não cito nomes, aí estamos criticando a Presidenta Dilma e o ex- Presidente Lula.

Quero que a Oposição entenda o seguinte: a democracia é rica, por isso temos liberdade de externar nossas opiniões e nossas críticas. Venho, nesta tarde, defender o governo de Minas, defender o Governador Anastasia e o Senador Aécio Neves, que transformaram, sim, Minas Gerais, colocaram Minas Gerais num patamar de desenvolvimento. Como a Oposição gosta de comparar e falar muito sobre o choque de gestão, com toda a liberdade que tenho - não sou apenas Deputado, sou mineiro e brasileiro -, vou fazer as minhas críticas.

O que estou vendo hoje é o seguinte: a gestão e a “congestão” no governo federal, que abduziu 39 tripulantes ministeriais, colocando-se como uma nave espacial num estado gasoso, próprio de extraterrestres, ao custo ministerial de quase R\$58.000.000,00, mais do que o dobro da verba destinada ao programa Bolsa Família. É de duvidar que esses ministeriáveis saibam o nome dessa tripulação, Deputado Bonifácio Mourão, de 39 Ministros, muitas vezes emperrados na máquina burocrática, atrasando a realização e a conclusão de obras importantes para o País.

As fotos de uma reunião dos 39 Ministros que os jornais publicaram no último domingo, 19/5/2013, revelam que toda a equipe do governo federal está mais para “congestão” do que para uma gestão. E cito como exemplo o seguinte fato: durante os últimos anos, o governo federal investiu mais de R\$1.000.000.000,00 na reforma do Estádio do Maracanã. Foi mais de R\$1.000.000.000,00 em uma obra feita a toque de caixa em vista do calendário da Copa do Mundo. Dias atrás ficamos sabendo que um consórcio, composto pela Odebrecht e pelo empresário Eike Batista, ganhou o direito de administrar o Maracanã por R\$180.000.000,00 pagáveis, Deputado João Leite, em 30 anos. Ou seja, só em reformas, o governo, principalmente por via do BNDES, gastou mais de R\$1.000.000.000,00 para entregar à iniciativa privada por menos de 20% do valor investido nesse complexo esportivo.

Ora, nem mesmo o mais néscio dos administradores seria capaz de perder dinheiro. Qualquer um administraria um maná desses. Enfim, o governo federal, que sempre diz ser contrário à privatização, acaba seguindo esse rumo e tomando ações como a que acabamos de citar. Deputado Bonifácio Mourão, o espetáculo do crescimento dos Ministérios está dando congestão no governo federal, e a gestão pública até agora não melhorou em nada a nossa logística e a nossa estrutura, principalmente a infraestrutura das nossas estradas, que tanto necessitam das condições da nossa indústria.

Nessa gestão petista do governo federal, existem sinais perturbadores, como o futuro da indústria nacional, dizimada por uma política cambial descuidada; as concessões - privatizações -, realizadas com pressão máxima sobre o Congresso para a sua aprovação, trazendo uma gestão de incertezas; e, por último, o grave aparelhamento político dos Ministérios, das estatais e das agências reguladoras.

Aqui, Deputado Bonifácio Mourão, não cito nomes nem faço críticas pessoais; não ataco a Presidente Dilma nem o ex-Presidente Lula. Aqui, fazemos discussões sobre a administração pública. Portanto, quando fazem suas críticas ao governo de Minas, deveriam ter mais conhecimento da “congestão” do governo federal, pois quem tem telhado de vidro não deve jogar pedra no telhado do vizinho. Assim, lamentamos o entendimento da Oposição. Quando fazemos as nossas críticas, não ofendemos ninguém, ao contrário de alguns Deputados da Oposição que veementemente fazem críticas pessoais. Os senhores que nos assistem devem prestar muita atenção a isso. Espero que ninguém venha censurar o meu depoimento sobre aquilo que penso a respeito da gestão do governo federal e da gestão do governo de Minas.

Mas vale a pena apontar algumas coisas importantes. A concentração de recursos no governo federal, somada à dívida dos demais entes federados - Estados e Municípios -, está causando um problema seriíssimo, Deputados, para a gestão pública, para Prefeitos e Governadores. Dizer que a dívida foi contraída em 1998 pelo governo do PSDB, com Fernando Henrique na Presidência e Eduardo Azeredo no governo do Estado, já virou história da carochinha. Se alguém cometeu algum erro, que entre em cena a justiça. Aliás, acabaram de dizer que o Senador Aécio Neves deu um desfalque na saúde, o que é uma balela - a Justiça vai apurar, vamos saber o que aconteceu de fato e expor aqui os resultados. Antes da regulamentação da Emenda nº 29, computavam-se, nos investimentos em saúde, os gastos em saneamento da Copasa. Era computado como gasto em saúde o investimento em saneamento, para levar água tratada nas casas das pessoas e coletar a rede de esgoto. E esse investimento da Copasa foi, sim, de quase R\$5.000.000.000,00, o que os Promotores e o Ministério Público pretendem condenar. Mas vamos esperar a decisão final da Justiça. Essa questão de se transformarem em réus... Eles mesmos, do PT, não aceitam o julgamento do Supremo. Por que estão falando agora que o Senador Aécio Neves é réu? Eles condenam o Supremo por ter condenado seus companheiros de partido e agora vêm à tribuna para dizer que o Senador Aécio Neves é réu? Vamos esperar o julgamento! As coisas têm de ficar claras para as pessoas.

Mas tenho em mão alguns dados oficiais que quero expor. A taxa de desemprego em Minas Gerais é de 6%; a do Brasil, de 6,7%. O índice de desigualdade social em Minas Gerais é de 0,456; no Brasil, é de 0,527; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -, fornecido pelo MEC, foi de 6 em Minas Gerais; no Brasil, foi de 5. Para falar na evolução da indústria mineira, temos de falar no período de 2002 a 2010, já que o próprio governo federal só está mostrando dados até 2010. Então, com a participação do nosso PIB, a indústria mineira saltou de 28,6% para 33,6%, entre 2002 e 2010, enquanto a indústria brasileira, nesse mesmo período, foi de 36,1% para 28,1%. Ora, a balança comercial mineira é a que mais contribui para a balança comercial nacional. Mas veja, Deputado Bonifácio Mourão, o Estado de Minas Gerais tem 853 Municípios e uma grande extensão territorial; estamos lidando com a dívida



pública, e a receita do Estado está dependendo das “commodities” da exportação de minérios; mesmo assim, os governos Aécio Neves e Anastasia, juntos, conseguiram colocar Minas Gerais no trilho do desenvolvimento. Tanto assim, é, que a aprovação de Aécio é de 80%, a do Anastasia, reeleito, também 80%. E quem vai referendar isso tudo é a urna do próximo ano, que vai dizer o que a população pensa a respeito do que está acontecendo.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, V. Exa. está mostrando números e apresentando as fontes, como fizemos no nosso pronunciamento. No entanto, o Deputado Rogério Correia voltou, mais uma vez, a dizer números sem mostrar as fontes, sem pelo menos se referir a documentos, Deputado João Leite. Já estamos cansados de ouvir aqui pronunciamentos vazios, que caem no vácuo, mas que pressionam alguém a questionar: será que isso é verdade?

V. Exa. está mostrando números e dizendo as fontes. Foi o que fizemos. Quando falamos sobre os índices da educação, em primeiro lugar no Ideb, conforme V. Exa. está dizendo, trata-se de um órgão do Ministério da Educação que mede e apresenta dados. Quando falamos do IBGE, trata-se de fonte federal, do governo federal. Quando falamos que o PIB de Minas, de mais 800, foi superior ao da China, é verdade, os números comprovam.

É preciso também dizer que esse “pibinho” do governo federal, de 0,9, é inferior. E não é preciso falar dos outros países do mundo, senão ficaremos aqui falando sobre vários países acima do Brasil e vamos tomar o tempo precioso de V. Exa. Então, vamos falar sobre a América do Sul. O “pibinho” do Brasil, lamentavelmente, é inferior ao do Peru, da Bolívia, da Venezuela, do Chile, da Argentina, do Uruguai, e assim por diante. E Minas Gerais tem um PIB superior ao do governo federal, e muito superior, comparável até, como demonstrado aqui, ao da China.

Quando falamos sobre dados que apresentam a mortalidade infantil, sobre a média de vida, dados do Processo, do Caminhos de Minas, nós mostramos as fontes, e o povo de Minas está vendo. O que não pode acontecer é o microfone servir para pessoas falarem palavras a esmo. Já vou encerrar, Sr. Presidente, Deputados Adelmo Carneiro Leão e Rômulo Viegas.

Sobre a dívida pública, por exemplo, o Deputado Adelmo Carneiro Leão foi Presidente da nossa Comissão, e nunca vi S. Exa. falar isso. Mas já vi, por várias vezes, os Deputados Rogério Correia e Sávio Souza Cruz confundirem déficit público com dívida pública.

Tenham paciência. Como todos sabem, diminuir o déficit público é não gastar mais do que recebe. Foi isso que fez o choque de gestão. Desde que assumiram, Aécio e Anastasia zeraram o déficit público. Agora, dívida pública é a chamada dívida fundada, que vem desde a década de 60 e que todos os Estados brasileiros têm. Dizem que o Estado de Minas está quebrado. Quebrado como, se está fazendo tantas e tantas obras, se tem crédito internacional, comprovado pela Multiple e pela Standard Pool e tantas outras empresas internacionais? Muito obrigado a V. Exa.

O Deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão. Vale a pena relatar o seguinte: todos nós temos direito de fazer críticas, repito. O que não devemos fazer, eu nunca fiz, nunca citei nominalmente a Presidenta Dilma nem o ex-Presidente Lula. Faça críticas administrativas e políticas. Lamentamos a agressividade de alguns, não de todos, Deputados da Oposição levarem isso para questão pessoal.

Recentemente, num episódio aqui na Casa, o Deputado Doutor Wilson Batista interpelou um colega nosso e foi chamado de elitista, de raivoso. Quer dizer, alguns Deputados da Oposição criticam nosso governo, criticam pessoas e, quando vimos aqui fazer críticas ao governo federal, dizem que somos da base do Aécio, que somos raivosos. É preciso parar com isso, senão isso vai forçar-nos a caminhar para críticas pessoais, o que não é o nosso estilo. Não gostamos disso, mas gostamos, sim, de defender o Senador Aécio Neves, porque foi um dos melhores Governadores da história de Minas Gerais. Queremos e vamos continuar defendendo o Governador Anastasia, um dos homens públicos que mais conteúdo de ciência político-administrativa possui.

Portanto, ao encerrar, quero alertar que a Associação Mineira dos Municípios - AMM -, capitaneada pelo Prefeito de Barbacena, Toninho Andrada, entrou com uma ação para receber, retornar os recursos que as Prefeituras mineiras, e claro, as brasileiras, perderam com essa isenção de impostos, enfraquecendo muito a administração pública municipal.

Não adianta agora o governo federal entregar a frota de máquinas, de caminhões, se o Município não tiver condições de contratar motorista, pagar combustível e mandar arrumar a máquina. As Prefeituras brasileiras, especialmente as mineiras, estão passando por seriíssimas dificuldades. Aí, vale a pena dizer, é preciso eficiência na gestão nos moldes do PSDB, nos moldes do Senador Aécio Neves e do Governador Anastasia. Tenho a certeza de que, se em breve o nosso líder, Senador Aécio Neves, motivar a população e vir a administrar este país, o choque de gestão tucano trará o desenvolvimento, o progresso, mais motivação social para todo o povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Caro Deputado Adelmo Carneiro Leão, que preside os trabalhos nesta tarde, da nossa querida Uberaba, meu boa-tarde especial a V. Exa. e aos demais pares, e o faço na pessoa do nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão, Deputado constituinte, de um passado invejável, que dá a esta Casa força e equilíbrio, com conhecimento e ponderação, e concede aos demais Deputados a oportunidade de tomar conhecimento das boas ações, como também dos aconselhamentos e dos caminhos que abre para todos nós. Em nome de V. Exa., saúdo os demais pares.

Início a minha fala nesta tarde dizendo que ontem, pela TV, iniciaram-se as inserções que o Senador Aécio Neves começa a fazer para todo o Brasil. E o Senador Aécio Neves ontem, em cadeia nacional, foi claro, objetivo, transparente, como sempre foi, dando exemplo de que Minas sempre esteve do lado do Brasil. Minas talvez seja um dos Estados brasileiros que mais contribuiu para o nosso país, o nosso Brasil.

Vejo isso com alguma preocupação. Digo “alguma” porque lá no interior, Deputado Adelmo Carneiro Leão, há um ditado que aprendemos desde criança: a verdade pode tardar, mas não falta. A verdade tarda, mas não falta, ela vem. Alguns conseguem ludibriar e enganar muitos por muito tempo, mas não conseguem enganar todos por todo o tempo. Por que faço essa reflexão?

Ouvi as palavras do nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão, e do Deputado Rômulo Viegas, e você, telespectador, tem notado os ataques infundados e descabidos dos quais o Senador Aécio Neves tem sido vítima nesta Casa, feitos por aqueles da Oposição, que até o dia de hoje não aceitam a reorganização do governo de Minas. Por que não aceitam a reorganização do governo de Minas? Porque,

quando Aécio assumiu o governo de Minas, era justamente parte dessa Oposição que havia criado o desequilíbrio financeiro. Quem foram os autores do desequilíbrio financeiro de Minas Gerais? Foram aqueles que governaram antes do Senador Aécio Neves. Se admitirem hoje que Minas equilibrou as suas finanças, cortou cargos comissionados, dados a políticos que perderam mandato e a políticos que puxam saco do padrinho, aqueles que participam da campanha - Minas cortou esses cargos -, começam a ver que o Estado está dando certo e tentam denegrir a imagem desse grande líder, o nosso Senador Aécio Neves.

Ao fazer essa afirmação, alto e bom som, quero também exemplificá-la.

Nesta Casa, senhoras e senhores, presidido, com muito orgulho, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. A palavra “educação”, para Minas Gerais, para a nossa gente e especialmente para o nosso governo, é levada a sério. Vamos ao porquê de alguns dos detalhes importantes sobre a educação em Minas Gerais.

A melhor educação básica do Brasil está em Minas Gerais. É o que comprovaram os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb - de 2011, levantamento oficial - e, meus nobres pares da Oposição, levantamento oficial, meus caros Deputados que insistem em não reconhecer isso - do governo federal. A avaliação da rede estadual de ensino de nosso Estado foi de seis pontos nos anos iniciais do ensino fundamental. De acordo com o Ministério da Educação, esse índice é equivalente à média da educação em países desenvolvidos. Minas Gerais está à frente dos demais Estados brasileiros. Conforme disse, aqui tem governo, tem seriedade, aqui não se trocam cargos por apoios políticos. Quero dar uma informação, a última, que me envergonhou, do Afif Domingos, Vice-Governador de São Paulo, que em 1989 disse para todo o Brasil: “Juntos chegaremos lá”. Ele foi vendido. Criaram mais um Ministério para dar de presente, para agradar os companheiros ou os novos companheiros, os novos apaniguados. Com dinheiro que deveria estar sendo usado na saúde. Se criam mais um Ministério, isso é porque está sobrando dinheiro. Ou será que ele foi criado por necessidade? Faltando um ano e meio para terminar o mandato, deram a Minas Gerais mais um Ministério. Ações como essa não colhem resultados como estes, senhoras e senhores. Em Minas, o governo é sério, é responsável; aqui, o dinheiro público é respeitado. Aqui se corta cargo comissionado. Se vocês pegarem ônibus ou avião ou trem ou lotação e forem a Brasília, verão que lá é diferente. Por isso a todo o momento, sempre que se acende a luz ou se dirigem a uma câmara, alguns membros da Oposição insistem no discurso vazio, no discurso que não traduz a realidade, insistem em querer modificar a história, os fatos da nossa Minas Gerais.

Prossigo, senhoras e senhores. No Ideb anterior, medido em 2009, a rede estadual mineira já era a primeira colocada, com índice de 5,8. Também no Ideb de 2011, Minas Gerais subiu do 3º para o 2º lugar nos anos finais do ensino fundamental. E ficou na terceira posição no ensino médio.

Entre as iniciativas do choque de gestão - meus nobres parlamentares, do choque de gestão que insistem em não conhecer; prestem atenção, não digam que não sabem, que não entenderam -, destaca-se a adoção pioneira no Brasil do ensino fundamental de nove anos de duração, que permitiu a entrada da criança mais cedo na escola. Houve grande ênfase na qualidade do ensino público estadual, com melhorias no desempenho dos professores e na alfabetização dos alunos. Esse conjunto de iniciativas levou os alunos de Minas Gerais a serem os melhores do Brasil. Os melhores do Brasil, Presidente Adelmano.

Gostaria de prosseguir, porque ainda temos seis minutos. Tenho um raciocínio que gostaria de concluir.

O tempo é curto, talvez nos falte um pouco mais para expressar o que se traduz em documentos, não em falácias. São documentos, números positivos, são avaliações realizadas pelo governo federal. Talvez o próprio governo federal pudesse e devesse mandar mais informações para alguns da Oposição em Minas Gerais.

Seguiremos adiante. “Na área de educação, os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb -, uma iniciativa do governo federal com aplicação de testes a cada dois anos, confirmam Minas Gerais com o melhor desempenho do Brasil no ensino fundamental. De acordo com a avaliação oficial do MEC, em 2011, Minas Gerais ficou em 1º lugar no “ranking” nacional do Saeb em Português e Matemática. Quanto ao percentual de alunos no nível recomendado, nos 5º e 9º anos do ensino fundamental, tanto em Português, quanto em Matemática. No 3º ano do ensino médio, em Matemática, Minas também é o primeiro. Senhoras e senhores, isso está aqui: 5º ano, 1º lugar em Português e Matemática; 9º ano, 1º lugar em Português e Matemática; 3º ano, 4º lugar em Português e 1º em Matemática. Se a câmara pudesse mostrar aos telespectadores essa imagem, o mais próximo possível, para que conheçam a realidade de um documento comprovado pelo Ministério da Educação do governo federal. Isso aqui é do governo federal.

Neste momento, com muita alegria e com todo o prazer, gostaria de conceder aparte ao nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Duarte Bechir, a exemplo do que nós e o Deputado Rômulo Viegas fizemos, V. Exa. está lendo e comprovando os números. V. Exa. está mostrando os dados, as fontes e os documentos. É isso que precisamos. Isso que o povo precisa ver pela TV Assembleia. Não é ficar falando números a esmo só para impressionar. Quando V. Exa. mostra os números da educação - e o faz muito bem, inclusive como Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais -, está realçando com justiça o trabalho realizado pelo governo Anastasia, particularmente na pessoa da eminente Secretária Ana Lúcia Gazzola. Não só o trabalho de ambos, mas de todos os servidores da educação de Minas Gerais, que somam cerca de 500 mil, que estão, sim, no interior de Minas ou na Capital, na zona rural ou na zona urbana, dando a Minas Gerais esses honrosos números de 1º lugar, conforme V. Exa. tem mostrado. Isso se estende também às Olimpíadas de Matemática e de Português.

Como comentou, V. Exa. ainda mostrará outros números, os quais não quero adiantar, para não prejudicar seu discurso. Estou aqui para agradecer ao governo Anastasia, a todos os servidores da Educação, não apenas a eles, mas aos servidores das outras Secretarias, cujos números mostramos há pouco tempo. Minas Gerais, comparada aos outros Estados brasileiros, incluindo o Rio de Janeiro, Santa Catarina, o Paraná e o Rio Grande do Sul, está na frente em quase todas as áreas.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Deputado, V. Exa. me provoca a mostrar, neste momento, mais um número importantíssimo para os mineiros. Ainda nestes dois minutos que me restam, depois de terminar o meu raciocínio, quero mostrar o porquê das inverdades que tentaram colocar. Em todo o país, 209 escolas tiveram média acima das demais. Lembrem-se do número: 209, em todo o nosso Brasil. Dessas 209, cerca de 120 estão no Estado governado pelo nosso Governador Anastasia, terra do Senador Aécio Neves, onde foi aplicado o choque de gestão. São 120 escolas de um total de 209.

São Paulo aparece com 10, das 209, e Minas tem 120.



Concluo o meu raciocínio, senhoras e senhores e minha gente querida de Minas Gerais. Vamos ter uma eleição para Presidente, e cada qual, como forma de se apresentar ao brasileiro, carrega uma bandeira daquilo que pretende fazer em prol do povo, caso se torne governo. É uma afirmativa coerente. Já temos a verdade do governo atual: máquina inchada, dinheiro jogado fora, excesso de corrupção, pouca atuação no desenvolvimento, portos parados, inflação galopante. Isso já sabemos. Quando o novo surge, uma proposta coerente, o Estado para Resultados, aí vão tentar desmerecê-lo. Vão dizer que os documentos não são verdadeiros. A todo o momento, insistirão em uma tecla que nós, do governo, e a nossa gente de Minas Gerais, já entendemos.

E mais um exemplo clássico. Na eleição passada para Presidente, sob o comando do Senador Aécio Neves, vencemos em Belo Horizonte também. Aqui, o Governador deu ao candidato do PSDB a maior votação que teve o da Oposição. Vamos conquistar o País, mas vamos conquistá-lo com provas documentais e obras realizadas em um Estado que é exemplo para todos e é copiado como governo sério, transparente e realizador. Por isso nos orgulhamos de pertencer à base do Governador Anastasia nesta Casa. Orgulhamo-nos dos resultados e saberemos, como já sabemos, que o Brasil realmente merece e pode mais. Obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão. É bom vê-lo conduzindo os trabalhos. Rendo-lhe minha admiração e meu respeito, por seu trabalho e dignidade. Saúdo os Deputados e os telespectadores da TV Assembleia.

Deputado Rômulo Viegas, aparteei V. Exa. e acompanhei seu pronunciamento, assim como o do Deputado Duarte Bechir. Mas, Deputado Bonifácio Mourão, ele deixou de dizer os números dos jogos escolares, pois, nunca antes na história deste Estado, se investiu tanto em esporte. Em 2003, quando assumimos o governo do Estado, havia 54 Municípios nos Jogos Escolares, e fechamos este ano com 740 Municípios. Atletas estão sendo formados nas escolas. É uma coisa muito séria que está acontecendo na educação e que não foi dita. Isso está no meu coração, assim como o Xadrez na Escola. O campeão brasileiro de xadrez é de uma escola pública de Venda Nova. A Escola Estadual Menino Jesus de Praga é referência no xadrez no Brasil. Iniciamos em 2003, no governo do mais querido Aécio Neves.

Normalmente é assim. Muitas vezes é assim, infelizmente. Nós todos amamos muito o futebol e talvez possamos fazer uma comparação com o futebol, Deputado Rômulo Viegas. Muitas vezes torcem contra o melhor. Estamos vendo uma torcida contra. Estão torcendo para o governo do Anastasia dar errado, torcem contra o mais querido, o Senador Aécio Neves, mas a única coisa que não estão entendendo é que o campo pertence aos montanhese, o campo é de Minas Gerais. Eles estão falando de alguém querido, alguém amado em Minas Gerais, o Senador Aécio Neves. Por onde anda neste Estado, ele é recebido com carinho e amor, pelas obras. As obras estão nas montanhas.

Lembro-me da minha São José do Mantimento, de onde só saíamos de trator, antes de Aécio Neves. Só se atravessava a montanha para chegar na MG-111 de trator, quando chovia.

Doentes eram carregados nos ombros ou no trator. Só assim saíam de lá. Vão lá fazer discurso contra o Aécio. Vão lá falar contra o Anastasia. Mais de 200 cidades não tinham ligação por asfalto. A pobreza rural era extrema. Ele foi ao exterior buscar recursos para combate à pobreza rural. Vão lá falar. Estão torcendo contra um montanhês, torcendo contra alguém amado em Minas Gerais. Não vai dar certo.

Estou tentando saber o que o Ministro Pimentel fez por Minas Gerais. Outro dia ele disse que o dinheiro para o anel rodoviário está aí. O Deputados Mourão e Lafayette de Andrada que me ajudem. Temos de achar esse dinheiro. Lupa? Estava pensando mais numa lanterna ou em outra coisa para iluminar, porque não dá para ver onde está esse dinheiro do anel rodoviário, do metrô. São quase 12 anos sem uma obra em Minas Gerais. Não há obras. Eles não têm o que mostrar em Minas Gerais, de que se esqueceram. O Ministro Mantega foi ao exterior, fez o mapa do Brasil, para chamar investidores, mas no mapa do PT não existe Minas Gerais.

O que eles vão dizer na campanha? Vão falar contra Aécio e contra Anastasia? Vão falar contra o Choque de Gestão? Outro dia, visitando as montanhas do Sul de Minas, encontrei-me com meu capitão da seleção brasileira de futebol, o zagueirão Oscar. Ele está apaixonado pelo governo Anastasia, apaixonado pelo governo Aécio. Disse que queria o Aécio, que queria gente que gastasse dinheiro público como Aécio gasta, com gestão. Oscarzão falou isso a mim, entusiasmado.

Fui a Santa Catarina, numa campanha extemporânea, quando visitamos também outras cidades. Sabe qual era o mote da campanha, Deputados Mourão, Lafayette, Rômulo? Choque de Gestão. Os Prefeitos estão propondo choque de gestão. Vamos ter um choque de gestão. Eles passam até mal porque, quando Pimentel foi Prefeito de Belo Horizonte, ele tinha - abram os ouvidos - 63 secretarias. Estão reclamando que a Dilma tem 39, ele tinha 63 secretarias. Em todos os anos, quem era campeão de propaganda em Minas Gerais? A Prefeitura de Belo Horizonte.

Lamentavelmente não tenho tempo. Ontem comecei a falar sobre números de 2000 a 2012. Informarei os números de 2012, Deputado Rômulo, de propaganda do governo federal. É um negócio de uma irresponsabilidade! O Brasil, Deputado Mourão, gastou em 2012 o valor de R\$1.797.000.000,00 em propaganda. Querem falar da propaganda do governo de Minas. Olhem esses números impressionantes de 2012. A Rede Globo recebeu do governo federal R\$495.270.000,00, num percentual equivalente a 43,98% dos recursos da propaganda. A Record recebeu R\$174.000.000,00; o SBT, R\$153.000.000,00; a Band, R\$100.000.000,00; a Rede TV, R\$39.000.000,00; as demais emissoras, R\$49.000.000,00; a TV fechada, R\$112.000.000,00. O total geral foi mais de 1 bilhão. Eles vêm aqui falar em propaganda. São os maiores aparecidos deste país. Vamos falar em propaganda, em aparecer?

Do governo federal, para Minas Gerais, não há um centavo para segurança, nem um centavo para o sistema penitenciário, nem um centavo para as estradas, que estão matando; mas para propaganda na televisão tem. Eles são campeões de audiência.

Ah, para Cuba também vai haver. Agora, vamos ter 6 mil médicos cubanos. Outro dia perguntei se os enfermeiros também viriam para o Brasil.

Quero respeitar muito meu amigo Deputado Adelmo Carneiro Leão, mas queria dizer que continuamos acompanhando o "road show" do Sr. Pimentel. Cada dia ele fala uma mentira, e ela só vai aumentando. Não sabemos por quem é patrocinado o "road show" dele. Será que ele agora paga aquelas consultorias da Fiemg, que ele não pagava antes? Quem sabe ele está fazendo isso agora? Mas para Minas Gerais não vem nada.



Os montanhese não se esquecerão deste governo federal, o governo que falou “não” durante 11 anos para Minas Gerais. E vamos dizer para esse governo: “não, os montanhese não aceitam vocês”.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/5/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Liza Prado

exonerando Eliana Sábato Jeunon do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Eliana Sábato Jeunon para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Wellington Matos Marçal para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Nivaldo Donizete Muniz do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Rogério Expedito Serra Andrade do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Nivaldo José de Andrade para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 71/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 17/6/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento, com instalação, de divisórias sanitárias e de painéis de laminado decorativo estrutural.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94 - 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 84/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/6/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de rodapé em madeira maciça.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94 - 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 93/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações. Objeto do aditamento: majoração em 4,68% do valor do contrato. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 25/5/2013, na pág. 20, onde se lê:

“a ser realizada em 5/6/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões”, leia-se:

“a ser realizada em 5/6/2013, às 10 horas, em Poços de Caldas”.